

CENTRO de PORTUGAL

Boletim trimestral
Informação reportada ao
primeiro trimestre de 2020

46





46

Boletim trimestral

Informação reportada ao primeiro trimestre de 2020

Editor

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

Responsável Técnico

Direção de Serviços de Desenvolvimento Regional

Data de Edição

junho de 2020

ISSN

2182-6579

boletimtrimestral@ccdr.pt

www.ccdr.pt

Alguma da informação conjuntural encontra-se também em <http://datacentro.ccdr.pt>

DATACENTRO
INFORMAÇÃO PARA A REGIÃO

CENTRO de PORTUGAL

ÍNDICE

- 4 Enquadramento Nacional
- 6 Mercado de Trabalho
- 11 Desemprego Registado
- 13 Empresas
- 14 Comércio Internacional de Bens
- 17 Turismo
- 18 Construção e Habitação
- 21 Preços e Consumo Privado
- 23 Políticas Públicas no Centro

Nota: A configuração territorial da Região Centro é a definida na lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e no regulamento (UE) n.º 868/2014 da Comissão, de 8 de agosto de 2014.

No primeiro trimestre de 2020, o Produto Interno Bruto registou uma variação homóloga real de -2,3%, com contributos negativos tanto da procura interna, como da procura externa líquida, traduzindo já o impacto da pandemia COVID-19, que se fez sentir de forma significativa no último mês do trimestre. A taxa de desemprego nacional manteve-se no valor do trimestre anterior: 6,7%. O nível de preços aumentou 0,4% face ao trimestre homólogo. A confiança dos consumidores diminuiu significativamente, tendo atingido valores não observados desde o quarto trimestre de 2016, e o indicador de clima económico manteve-se inalterado face ao trimestre anterior.

Relativamente ao mercado de trabalho regional, neste trimestre, assistiu-se a uma contração, evidenciada pelas variações homólogas negativas no emprego, taxa de atividade e população ativa e pelo aumento do desemprego e da população inativa. As variações desfavoráveis no emprego e desemprego podem refletir já, ainda que parcialmente, a atual situação social e económica associada ao novo coronavírus. Já o salário médio líquido mensal dos trabalhadores por conta de outrem da região voltou a crescer, ainda que de forma ligeira.

No setor empresarial, face a igual período do ano anterior, assistiu-se, na Região Centro e em Portugal, a uma diminuição muito expressiva das empresas constituídas, dando já sinais dos efeitos provocados pela COVID-19. Também as ações de insolvência e os empréstimos concedidos às empresas intensificaram a tendência de queda. Já o peso dos empréstimos vencidos no total dos concedidos atingiu o valor mais baixo das últimas nove décadas. Na construção, na Região Centro, assistiu-se a uma evolução positiva das construções novas e dos novos fogos para habitação familiar, face a igual período do ano anterior. Por contraste, o total de obras concluídas e de edifícios licenciados decresceu.

A atividade turística regional sofreu uma forte quebra neste trimestre, o que decorre já, em grande medida, do impacto da pandemia COVID-19. Os hóspedes, as dormidas e os proveitos dos estabelecimentos de alojamento turístico diminuíram significativamente face a igual período do ano anterior. Nas relações comerciais da região com o mercado externo observou-se uma contração homóloga real nas saídas e entradas de bens, que pode já traduzir, ainda que parcialmente, os efeitos do surto pandémico. A quebra significativa no mercado intracomunitário foi a que contribuiu para a variação regional negativa das saídas e das entradas de bens, que reflete, adicionalmente, a conclusão do Brexit. Também o consumo privado regional parece já ter sido influenciado, ainda que parcialmente, pelos efeitos da pandemia, a avaliar pela evolução decrescente de alguns dos seus indicadores. A taxa de inflação homóloga regional aumentou, infletindo o comportamento de quebra observado nos dois trimestres anteriores.

No PORTUGAL 2020, no final do primeiro trimestre de 2020, estavam aprovados 6,1 mil milhões de euros de fundos europeus para apoiar 9,3 mil milhões de euros de investimentos na Região Centro. O COMPETE 2020 mantinha-se como o programa operacional com mais relevância na região e o FEDER o fundo que cofinanciou a maioria dos montantes aprovados.

ENQUADRAMENTO NACIONAL

-2,3%

foi o crescimento
homólogo real do
PIB e

6,7%

a taxa de
desemprego nacional

No primeiro trimestre de 2020, o Produto Interno Bruto registou uma variação homóloga real de -2,3%, com contributos negativos tanto da procura interna, como da procura externa líquida, traduzindo já o impacto da pandemia COVID-19, que se fez sentir de forma significativa no último mês do trimestre. A taxa de desemprego nacional manteve-se no valor do trimestre anterior: 6,7%. O nível de preços aumentou 0,4% face ao trimestre homólogo. A confiança dos consumidores diminuiu significativamente, tendo atingido valores não observados desde o quarto trimestre de 2016, e o indicador de clima económico manteve-se inalterado face ao trimestre anterior.

No primeiro trimestre de 2020, de acordo com os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), o Produto Interno Bruto (PIB) nacional em volume registou uma variação de -2,3% face ao trimestre homólogo¹, após um aumento de 2,2% no trimestre anterior. Esta contração reflete os efeitos da pandemia COVID-19, com impactos muito significativos no último mês do trimestre. Em meados de março de 2020, para contenção da propagação do COVID-19, foram encerradas escolas, universidades e diversas empresas e impostas restrições à livre circulação de pessoas, tendo sido decretado o estado de emergência no dia 18 de março. No entanto, vários setores, ainda antes da implementação destas medidas, sentiam já perturbações na sua atividade, como por exemplo, a restauração e a hotelaria, muito afetadas desde o início de março.

Quadro 1 – Enquadramento Nacional		1T20	4T19	3T19	2T19	1T19	2019	2018
		média trimestral						
PIB*	v. h. (%)	-2,3	2,2	1,9	2,1	2,4	2,2	2,6
Procura interna	v. h. (%)	-1,1	1,1	3,4	3,1	3,7	2,8	3,1
Consumo das famílias	v. h. (%)	-1,1	2,0	2,6	1,9	2,6	2,3	2,9
Formação bruta de capital	v. h. (%)	-2,5	-2,2	8,2	9,5	11,4	6,5	6,2
Taxa de investimento	%	18,5	17,8	18,8	18,7	18,6	18,5	17,7
Exportações	v. h. (%)	-4,9	6,2	2,2	2,6	3,9	3,7	4,5
Importações	v. h. (%)	-2,0	3,5	5,7	4,9	7,1	5,3	5,7
VAB	v. h. (%)	-1,7	2,0	1,9	1,8	2,1	2,0	2,3
Taxa de desemprego	%	6,7	6,7	6,1	6,3	6,8	6,5	7,0
IPC – Índice de Preços no Consumidor	v. h. (%)	0,4	0,3	-0,2	0,5	0,8	0,3	1,0
Indicador de confiança dos consumidores	%	-9,9	-7,3	-7,1	-8,2	-9,5	-8,0	-4,8
Indicador de clima económico	%	2,1	2,1	2,3	2,4	2,6	2,4	2,6
Taxa de câmbio USD/EUR	USD	1,102	1,107	1,112	1,124	1,136	1,120	1,181
	v. h. (%)	-2,9	-3,0	-4,4	-5,7	-7,6	-5,2	4,6

* Dados adaptados, em cada boletim, à série de novos valores divulgados trimestralmente pelo INE, Contas Nacionais. Dados em volume.
USD - Dólar dos Estados Unidos
EUR - Euro

A procura interna diminuiu 1,1% na comparação homóloga, sendo de salientar que, desde o terceiro trimestre de 2013 que a procura interna não apresentava um contributo negativo para a variação do PIB. Esta evolução resultou da quebra do consumo das famílias (cuja taxa de variação homóloga foi de -1,1%, após um crescimento de 2,0% no trimestre anterior) e do investimento (que acentuou a tendência de diminuição iniciada no período precedente).

¹ Variação homóloga percentual – v.h. (%) : trata-se da variação em relação ao mesmo período do ano anterior, em percentagem do valor deste.
Variação homóloga percentual real – v.h.real (%): variação homóloga em volume, sendo retirada a variação dos preços, dados pelo Índice de Preços no Consumidor nacional (base 2012) ou por outro indicador mais apropriado.

A procura externa líquida voltou a registar um contributo negativo para a variação homóloga real do PIB (de -1,3 pontos percentuais), após o contributo positivo pontual observado no trimestre anterior. Esta evolução refletiu a quebra, quer das exportações de bens e serviços, quer das importações, tendo, no entanto, a diminuição das exportações sido mais intensa. As importações de bens e serviços recuaram 2,0% em termos homólogos reais (contra um aumento de 3,5% no período anterior), tendo ambas as suas componentes diminuído. As exportações de bens e serviços registaram uma variação homóloga real de -4,9% (após um

crescimento homólogo de 6,2% no trimestre precedente), refletindo a forte quebra nas exportações de serviços (-9,6%), em grande medida devido à contração da atividade turística, e também de bens (-2,7%).

O Valor Acrescentado Bruto (VAB) a preços base diminuiu 1,7% em termos homólogos reais, depois de um crescimento de 2,0% no trimestre anterior. Neste período, apenas os ramos da “agricultura, silvicultura e pesca”, “construção” e “atividades financeiras, de seguros e imobiliárias” registaram variações homólogas reais positivas. Os restantes cinco ramos apresentaram quebras, com destaque para a variação de -4,1% no “comércio e reparação de veículos; alojamento e restauração” (a última variação negativa neste setor tinha ocorrido no quarto trimestre de 2012) e de -3,3% na “indústria” (diminuição bastante mais intensa face às registadas nos cinco trimestres anteriores e cuja dimensão só encontrou paralelo em 2012).

No que respeita ao mercado de trabalho, a taxa de desemprego nacional foi de 6,7%, valor igual ao do trimestre anterior e inferior em 0,1 pontos percentuais ao do trimestre homólogo de 2019. Estimavam-se 348,1 mil indivíduos desempregados no país, traduzindo uma diminuição trimestral do desemprego de 4,3 mil pessoas e homóloga de 5,5 mil indivíduos. Uma vez que as medidas de salvaguarda da saúde pública adotadas no âmbito do COVID-19 terão tido impacto apenas em duas das 13 semanas do trimestre, os seus efeitos não são ainda evidentes nos valores do desemprego deste trimestre.

O nível geral dos preços, avaliado pela taxa de variação do Índice de Preços no Consumidor, neste trimestre, aumentou 0,4% na comparação homóloga, dando continuidade à tendência de aumento dos últimos anos, que apenas tinha sido interrompida no terceiro trimestre de 2019. Das 12 classes de consumo, cinco registaram uma diminuição dos preços a nível nacional, evidenciando-se as “comunicações” e o “vestuário e calçado” com os maiores decréscimos (-4,4% e -2,1%, respetivamente). Nas restantes sete classes ocorreram aumentos homólogos, destacando-se os “restaurantes e hotéis” (2,1%), os “bens e serviços diversos” (1,5%) e as “bebidas alcoólicas e tabaco” (1,4%) com os maiores crescimentos.

² O indicador de confiança dos consumidores é um meio de medição das expectativas dos consumidores, baseado em respostas de opinião sobre a evolução da situação financeira do agregado familiar (nos últimos 12 meses e nos próximos 12 meses), da situação económica do país e sobre as perspetivas de realização de compras importantes.

³ O indicador de clima económico é um instrumento semelhante ao indicador de confiança dos consumidores, mas que retrata as expectativas dos empresários. É construído com base em inquéritos qualitativos conjunturais feitos às empresas da indústria transformadora, construção e obras públicas, comércio e dos serviços.

⁴ A taxa de câmbio corresponde ao preço de uma unidade monetária de uma moeda em unidades monetárias de outra e pode ser cotada ao certo ou cotada ao incerto. A taxa de câmbio está cotada ao certo quando exprime o preço de uma unidade de moeda nacional em unidades de moeda estrangeira e está cotada ao incerto quando exprime o preço de uma unidade de moeda estrangeira em unidades de moeda nacional. Neste Boletim, a taxa de câmbio está cotada ao certo para o euro, pelo que um aumento do seu valor corresponde a uma apreciação ou valorização da moeda nacional (euro) e uma diminuição corresponde a uma depreciação ou desvalorização da moeda nacional (euro).

A avaliar pelo indicador de confiança dos consumidores² do INE, as expectativas dos consumidores, neste trimestre, continuaram negativas e agravaram-se significativamente, tendo atingido o valor mínimo desde o quarto trimestre de 2016. O facto deste indicador assumir valores negativos significa que existem mais respostas pessimistas do que otimistas às questões sobre a perspetiva das famílias quanto à evolução da situação financeira do agregado familiar, da realização de compras importantes e da situação económica do país. Já a confiança dos empresários, segundo o indicador de clima económico³ do INE, manteve-se inalterada face ao trimestre anterior.

Por último, a taxa de câmbio⁴ do euro face ao dólar (USD/Euro) diminuiu 2,9% face ao trimestre homólogo, mantendo-se, assim, a tendência de depreciação do euro iniciada no terceiro trimestre de 2018, apesar de ligeiramente menos acentuada neste trimestre. Esta desvalorização do euro traduz-se num preço inferior para igual quantidade de bens exportados e num preço superior para igual quantidade de bens importados.

MERCADO DE TRABALHO

6,0%

foi a taxa de
desemprego regional
do trimestre e

54,5%

foi a taxa de emprego
regional

No primeiro trimestre de 2020, assistiu-se a uma contração do mercado de trabalho, evidenciada pelas variações homólogas negativas no emprego, taxa de atividade e população ativa e pelo aumento do desemprego e da população inativa. As variações desfavoráveis no emprego e desemprego podem refletir já, ainda que de forma parcial, a atual situação social e económica associada à pandemia COVID-19. Já o salário médio líquido mensal dos trabalhadores por conta de outrem da região voltou a crescer, ainda que de forma ligeira.

De acordo com os últimos dados do inquérito ao emprego⁵ do Instituto Nacional de Estatística, no primeiro trimestre de 2020⁶, a taxa de atividade da população em idade ativa⁷ na Região Centro foi de 57,9%, voltando a registar-se, pelo segundo trimestre sucessivo, uma diminuição de 1,1 pontos percentuais face ao período homólogo. Esta taxa regional foi inferior à média nacional, que foi de 58,6% e, como habitual, a dos homens foi mais elevada que a das mulheres (63,2% contra 53,3%).

Neste trimestre, a população ativa⁸ da Região Centro ascendia a 1.126,8 mil indivíduos, registando uma variação homóloga negativa de 1,6%. Já os inativos⁹ totalizavam 1.083,9 mil indivíduos, representando um aumento 1,7% face ao trimestre homólogo, que foi o mais elevado dos últimos quatro anos. Esta evolução deveu-se essencialmente ao acréscimo dos reformados (5,0%), sendo contrariada, pelas variações negativas dos domésticos (-5,6%) e dos estudantes com 15 e mais anos (-2,8%).

⁵ No primeiro trimestre de 2011, o INE iniciou a divulgação de uma nova série de dados do Inquérito ao Emprego, obtida através de uma nova metodologia. Deste modo, os resultados divulgados a partir do primeiro trimestre de 2011 (série 2011), não permitem uma comparação direta com os dados anteriores (série 1998), configurando uma quebra de série.

⁶ Desde meados de março de 2020, foram adotadas medidas de salvaguarda da saúde pública relativas à pandemia COVID-19 que afetaram a forma como são realizadas as entrevistas do Inquérito ao Emprego pelo INE, o normal funcionamento do mercado de trabalho e, conseqüentemente, as estimativas trimestrais oficiais de emprego e desemprego do primeiro trimestre de 2020.

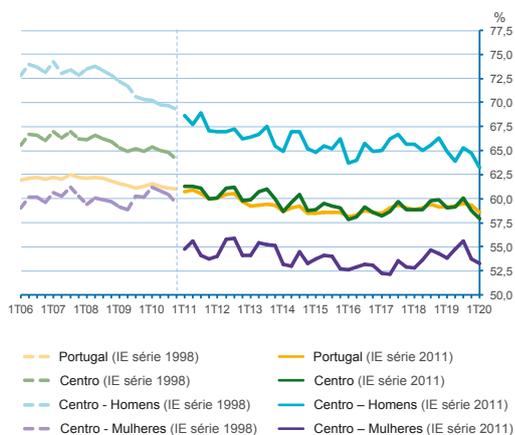
⁷ A taxa de atividade da população em idade ativa, de acordo com o INE, "permite definir a relação entre a população ativa e a população em idade ativa (com 15 e mais anos de idade)".

⁸ Segundo o INE, toma-se como população ativa "o conjunto de indivíduos com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, constituíam a mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico (empregados e desempregados)".

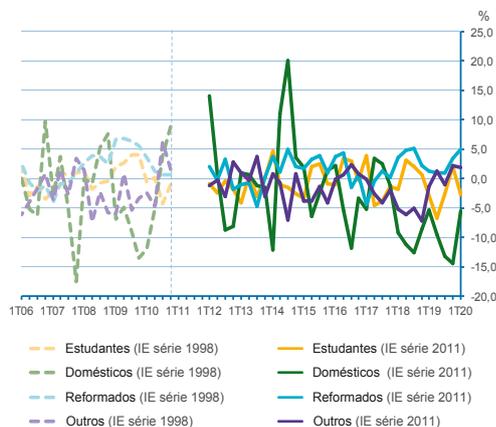
⁹ A população inativa é "o conjunto de indivíduos qualquer que seja a sua idade que, no período de referência, não podem ser considerados economicamente ativos, isto é, não estavam empregados, nem desempregados, nem a cumprir o Serviço Militar Obrigatório".

¹⁰ A partir do primeiro trimestre de 2011, a rubrica "Estudantes" passou a integrar apenas os estudantes com 15 e mais anos, estando os alunos entre os 5 e os 14 anos de idade na rubrica "Outros". A rubrica "Reformados" compreendia, até ao primeiro trimestre de 2011, pensionistas e reformados. A partir de então apenas se enquadram nessa rubrica os reformados do trabalho, estando os pensionistas distribuídos pelas restantes classes de inatividade e, caso não se incluam em nenhuma delas são classificados em "Outros".

Taxa de atividade (15 e mais anos) em Portugal e no Centro



População inativa no Centro por condição perante o trabalho¹⁰ (variação homóloga)



Quadro 2 – Atividade e Inatividade		1T20	4T19	3T19	2T19	1T19	2019	2018
		média trimestral						
Taxa de atividade (15 e mais anos)								
Portugal	%	58,6	59,3	59,5	59,2	59,1	59,3	59,1
Centro	%	57,9	58,8	60,1	59,1	59,0	59,2	59,4
	v. h. (p.p.)	-1,1	-1,1	0,3	0,2	0,1	-0,2	0,5
População ativa – Centro	milhares	1.126,8	1.138,5	1.165,2	1.145,9	1.145,5	1.148,8	1.157,6
	v. h. (%)	-1,6	-2,4	0,0	-0,3	-0,3	-0,8	0,4
População inativa – Centro	milhares	1.083,9	1.063,9	1.039,8	1.062,2	1.066,2	1.058,0	1.064,5
	v. h. (%)	1,7	1,2	-1,5	-1,1	-1,0	-0,6	-1,8
Estudantes (15 e mais anos)	milhares	171,2	173,4	161,6	174,7	176,1	171,5	176,1
	v. h. (%)	-2,8	2,1	-2,6	-6,7	-2,9	-2,6	0,9
Domésticos	milhares	79,8	77,7	73,4	79,2	84,5	78,7	88,1
	v. h. (%)	-5,6	-14,4	-13,2	-9,5	-5,4	-10,7	-10,3
Reformados	milhares	408,2	398,2	402,2	397,2	388,7	396,5	390,1
	v. h. (%)	5,0	3,5	1,0	1,0	1,2	1,6	3,9
Outros	milhares	424,7	414,6	402,7	411,1	416,9	411,3	410,3
	v. h. (%)	1,9	2,1	-1,0	1,3	-1,3	0,2	-5,9

A taxa de emprego¹¹ da Região Centro, no primeiro trimestre de 2020, foi de 54,5%, o que traduziu uma diminuição de 1,6 pontos percentuais face ao trimestre homólogo, intensificando a quebra verificada no trimestre precedente, que interrompeu três anos de acréscimos homólogos sucessivos. Esta taxa regional foi pela primeira vez, nos últimos 18 anos, ligeiramente inferior à média nacional, que foi de 54,7%.

¹¹ A taxa de emprego (15 e mais anos) é dada pelo quociente entre a população empregada e a população com 15 e mais anos de idade (população em idade ativa).

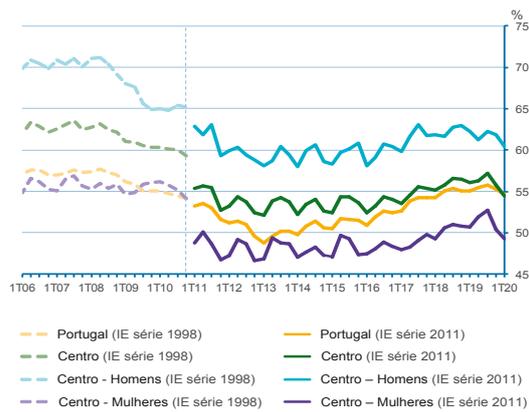
Neste trimestre, na região, estavam empregados 1.059,3 mil indivíduos, o que representou uma diminuição de 2,8% face ao mesmo período do ano anterior, dando continuidade à evolução negativa observada no último trimestre de 2019. Este decréscimo da população empregada pode ser parcialmente explicado pelo atual enquadramento associado à COVID-19, sobretudo pelas alterações comportamentais resultantes das medidas de salvaguarda da saúde pública adotadas. Estas medidas, em particular o encerramento temporário de várias empresas, universidades e escolas, que levou a que muitos pais tivessem de ficar em casa a cuidar dos seus filhos (não tendo a possibilidade de trabalhar em regime de teletrabalho), ainda que só se tenham iniciado nas últimas semanas de março, podem já ter afetado esta evolução do emprego, uma vez que a mobilidade da população foi muito limitada. Todavia, em simultâneo, foram tomadas medidas de proteção do emprego dos trabalhadores, como, por exemplo, o *layoff* simplificado.

Das categorias de empregados analisadas, apenas o emprego do setor secundário contrariou a variação regional da população empregada no trimestre, tendo aumentado 4,1%. As restantes categorias influenciaram negativamente essa variação, tendo os contributos mais expressivos ocorrido nos empregados dos 15 aos 24 anos (-17,1%), no emprego do setor primário, mas com menor intensidade que nos três trimestres anteriores (-6,8%) e no emprego masculino (-2,9%).

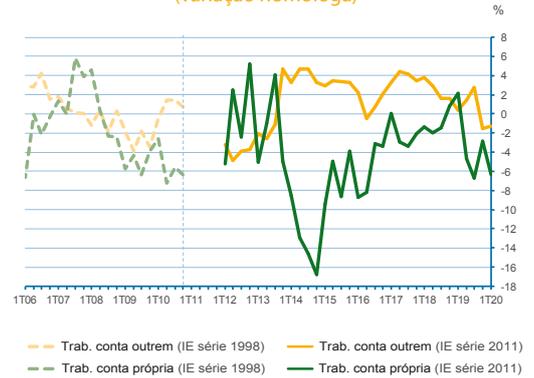
A diminuição do emprego ficou ainda a dever-se aos trabalhadores por conta de outrem, que representando cerca de 80% da população empregada, decresceram 1,2% em termos homólogos. Esta quebra, que deu continuidade ao comportamento negativo do trimestre anterior, foi explicada pelos decréscimos nos trabalhadores contratados a termo, nos que possuem o ensino superior como habilitação e nos que desempenham as suas funções a tempo completo.

É ainda de realçar que os trabalhadores por conta própria diminuíram 6,4% face ao período homólogo, mantendo assim a tendência de quebra verificada nos últimos três anos, apenas interrompida no último trimestre de 2018 e no primeiro de 2019. Esta evolução homóloga resultou da variação negativa ocorrida nos trabalhadores isolados (-7,6%) e nos empregadores (-2,6%).

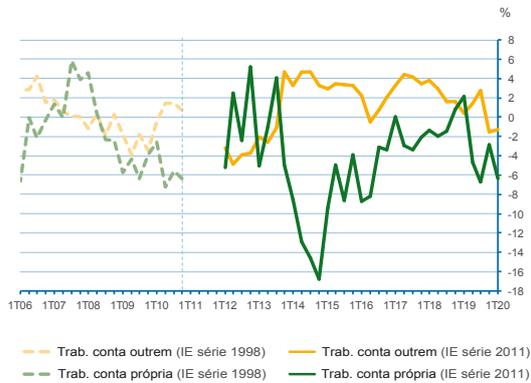
Taxa de emprego (15 e mais anos) em Portugal e no Centro



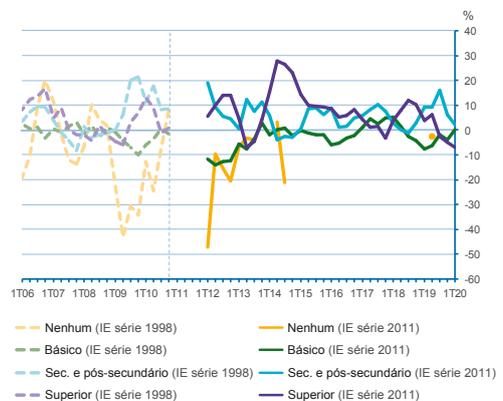
População empregada no Centro por situação na profissão¹²
(variação homóloga)



População empregada por conta de outrem no Centro
por contrato de trabalho
(variação homóloga)



População empregada por conta de outrem no Centro
por nível de escolaridade mais elevado completo
(variação homóloga)¹³



¹² Segundo o INE, a população empregada por situação na profissão principal decompõe-se em "Trabalhadores por conta de outrem", "Trabalhadores por conta própria", "Trabalhadores familiares não remunerados" e "Outra situação".

¹³ Em alguns trimestres, no nível de escolaridade "Nenhum", não foi possível calcular as variações homólogas dado os valores absolutos não se encontrarem disponíveis por apresentarem desvio do padrão de qualidade/coeficientes de variação elevados.

Quadro 3 – Emprego		1T20	4T19	3T19	2T19	1T19	2019	2018	
								média trimestral	
Taxa de emprego (15 e mais anos)									
Portugal	%	54,7	55,3	55,8	55,5	55,1	55,4	55,0	
Centro	%	54,5	55,8	57,2	56,3	56,1	56,3	56,0	
	v. h. (p.p.)	-1,6	-0,7	0,6	0,5	0,9	0,3	1,2	
População empregada – Centro	milhares	1.059,3	1.079,5	1.108,9	1.091,8	1.089,7	1.092,5	1.092,3	
	v. h. (%)	-2,8	-2,0	0,6	0,3	1,2	0,0	1,8	
Homens	v. h. (%)	-2,9	-2,4	-1,4	-1,4	0,0	-1,3	0,7	
Mulheres	v. h. (%)	-2,6	-1,5	2,8	2,1	2,4	1,5	3,0	
15 - 24 anos	v. h. (%)	-17,1	-0,6	-5,1	22,1	10,3	5,6	0,3	
25 - 44 anos	v. h. (%)	-2,6	-3,0	1,6	0,1	-0,3	-0,4	-0,8	
45 anos ou mais	v. h. (%)	-1,3	-1,2	0,5	-1,6	1,5	-0,2	4,3	
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	v. h. (%)	-6,8	-13,4	-16,2	-19,5	1,2	-12,5	-2,7	
Indústria, construção, energia e água	v. h. (%)	4,1	-1,9	-3,7	-3,0	-4,9	-3,4	-1,6	
Serviços	v. h. (%)	-5,1	-0,2	5,5	5,5	4,0	3,7	4,3	
Trabalhadores por conta de outrem – Centro	milhares	846,6	858,7	892,6	871,0	857,3	869,9	863,3	
	v. h. (%)	-1,2	-1,5	2,8	1,4	0,4	0,8	2,5	
Contratos sem termo	v. h. (%)	1,1	0,2	5,1	3,4	0,3	2,3	2,4	
Contratos com termo	v. h. (%)	-8,6	-3,3	-5,5	-4,6	-1,2	-3,7	1,8	
Tempo completo	v. h. (%)	-1,6	-0,8	2,4	1,1	1,0	0,9	2,9	
Tempo parcial	v. h. (%)	3,9	-11,3	7,7	6,7	-6,8	-1,4	-2,9	
Nenhum grau de escolaridade	v. h. (%)	§	§	§	-2,6	§	-4,2	-6,6	
Básico	v. h. (%)	0,1	-3,9	-2,0	-6,3	-7,5	-4,9	-0,2	
Secundário e pós-secundário	v. h. (%)	2,1	6,1	16,1	9,2	9,1	10,1	1,1	
Superior	v. h. (%)	-6,9	-4,8	-2,6	6,1	3,9	0,5	8,6	
Trabalhadores por conta própria – Centro	milhares	209,3	216,4	211,4	215,2	223,5	216,6	223,5	
	v. h. (%)	-6,4	-2,8	-6,7	-4,7	2,1	-3,1	-1,0	
Isolados	v. h. (%)	-7,6	0,7	-8,1	-6,6	3,2	-2,8	-1,4	
Empregadores	v. h. (%)	-2,6	-12,2	-2,4	0,9	-0,9	-3,9	0,0	

§: Desvio do padrão de qualidade/Coefficiente de variação elevado

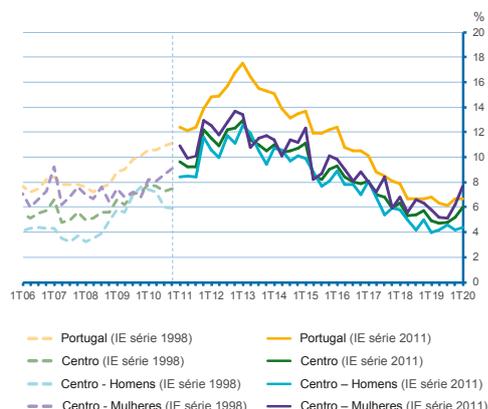
¹⁴ A taxa de desemprego é a relação entre a população desempregada e a população ativa.

A taxa de desemprego¹⁴ da Região Centro foi de 6,0%, no primeiro trimestre de 2020. Embora tenha registado um aumento de 1,1 pontos percentuais face ao trimestre homólogo, a taxa de desemprego regional, permaneceu inferior à média nacional (6,7%). A taxa de desemprego das mulheres aumentou neste trimestre e manteve-se superior à dos homens (7,7% contra 4,4%).

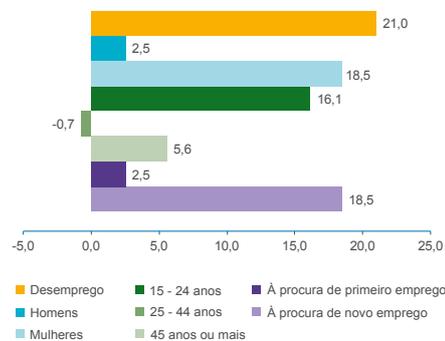
Neste período, na região, encontravam-se desempregados 67,5 mil indivíduos, o que representou um aumento significativo de 21% face a igual período do ano anterior. Das categorias de desempregados analisadas, apenas os desempregados dos 25 aos 44 anos observaram um decréscimo homólogo. Todas as restantes categorias registaram crescimentos homólogos, tendo os mais expressivos ocorrido nos desempregados dos 15 aos 24 anos (101,1%) que duplicaram e passaram de um peso relativo no total de desempregados de 16% para 27%, nos desempregados há 12 ou mais meses (35,3%), nas mulheres desempregadas (32,2%), e nos desempregados à procura do primeiro emprego (22,6%).

Tal como no emprego e pelas mesmas razões, este acréscimo expressivo na população desempregada e nas suas categorias pode traduzir, ainda que de forma parcial, a atual situação económica e social associada à pandemia COVID-19.

Taxa de desemprego em Portugal e no Centro por sexo



Contributos para a taxa de variação homóloga do desemprego no Centro no primeiro trimestre de 2020 (%)



Quadro 4 – Desemprego		1T20	4T19	3T19	2T19	1T19	2019	2018
		média trimestral						
Taxa de desemprego								
Portugal	%	6,7	6,7	6,1	6,3	6,8	6,5	7,0
Centro	%	6,0	5,2	4,8	4,7	4,9	4,9	5,6
	v. h. (p.p.)	1,1	-0,5	-0,6	-0,6	-1,4	-0,7	-1,3
Homens	%	4,4	4,2	4,6	4,2	4,0	4,3	5,0
Mulheres	%	7,7	6,2	5,1	5,2	5,8	5,6	6,3
15 - 24 anos	%	25,1	15,4	17,8	§	12,1	14,6	18,9
25 - 44 anos	%	5,7	5,0	4,5	§	5,6	5,0	6,3
45 anos ou mais	%	3,9	4,0	3,4	3,5	3,3	3,5	3,4
População desempregada – Centro	milhares	67,5	59,0	56,3	54,1	55,8	56,3	65,3
	v. h. (%)	21,0	-10,6	-10,6	-10,4	-22,4	-13,8	-18,2
Homens	v. h. (%)	5,9	-18,4	7,1	-16,7	-31,2	-16,1	-24,1
Mulheres	v. h. (%)	32,2	-3,9	-22,5	-4,5	-14,2	-11,9	-12,2
15 - 24 anos	v. h. (%)	101,1	-29,8	-7,9	x	-23,9	-22,7	-10,8
25 - 44 anos	v. h. (%)	-1,4	-21,7	-22,0	x	-25,0	-21,6	-10,0
45 anos ou mais	v. h. (%)	16,3	23,7	4,2	13,4	-17,4	4,5	-31,7
À procura do primeiro emprego	v. h. (%)	22,6	-13,5	-27,1	-50,6	-18,4	-26,1	2,3
À procura de novo emprego	v. h. (%)	20,8	-10,1	-7,7	-4,6	-22,9	-11,9	-20,6
Há menos de 12 meses	v. h. (%)	11,5	-6,8	-10,4	-1,0	13,0	-1,9	-19,2
Há 12 meses ou mais	v. h. (%)	35,3	-15,3	-10,8	-18,9	-47,8	-25,1	-17,1

§: Desvio do padrão de qualidade/Coefficiente de variação elevado
x: Não disponível

No trimestre em análise, o salário médio líquido mensal dos trabalhadores por conta de outrem da Região Centro fixou-se nos 858 euros, resultando num crescimento homólogo real de 0,7%, que dá continuidade à tendência de aumentos iniciada em 2017, apenas interrompida no terceiro trimestre de 2019. De salientar, no entanto, que o salário médio da região continua abaixo da média nacional, que conheceu uma variação homóloga real de 2,6%, cifrando-se, neste trimestre, nos 929 euros.

Quadro 5 – Salários e Custos do Trabalho		1T20	4T19	3T19	2T19	1T19	2019	2018
		média trimestral						
Salário médio líquido mensal (trabalhadores por conta de outrem)								
Portugal	€	929	912	909	911	902	909	888
	v. h. real (%)	2,6	1,5	2,2	2,2	2,2	2,0	2,7
Centro	€	858	849	846	855	849	850	838
	v. h. real (%)	0,7	0,1	-0,3	1,9	2,8	1,1	3,1

DESEMPREGO REGISTRADO

324

novos desempregados inscritos, em média, por dia, nos centros de emprego da região, o valor diário mais elevado dos últimos dois anos e

No primeiro trimestre de 2020, os desempregados inscritos nos centros de emprego da Região Centro continuaram a diminuir face ao período homólogo, embora a um menor ritmo. As colocações realizadas pelo IEFP intensificaram o comportamento de quebra face ao trimestre homólogo. Já os novos desempregados aumentaram, infletindo mais de quatro anos de diminuições homólogas sucessivas. Esta variação nos novos desempregados pode já retratar, ainda que muito parcialmente, o impacto económico e social do surto pandémico provocado pela COVID-19.

82

colocações realizadas, em média, por dia, pelos centros de emprego regionais

Neste trimestre, encontravam-se inscritos 57,3 mil desempregados nos centros de emprego do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) da Região Centro. Esta evolução regional traduziu-se numa diminuição homóloga de 3,4%, que apesar de dar continuidade à tendência de contrações homólogas observadas há mais de seis anos consecutivos, denotou um abrandamento face aos trimestres anteriores.

Já os novos desempregados inscritos nos centros de emprego aumentaram 8,8% em termos homólogos, o que já não sucedia há mais de quatro anos. Neste trimestre, registaram-se, em média, por dia, 324 novos desempregados, aproximadamente mais 26 do que no trimestre homólogo. Esta evolução pode já traduzir, ainda que de modo parcial, a atual situação social e económica associada à pandemia COVID-19. Prevê-se que o abrandamento e/ou encerramento de algumas áreas de atividade económica no seguimento de ter sido decretado o estado de emergência em Portugal (a 18 de março) tenha tido consequências ao nível do emprego, apesar das medidas implementadas para proteção das empresas e dos postos de trabalho (de que é exemplo a possibilidade de *layoff*).

As colocações efetuadas pelo IEFP continuaram a registar, neste trimestre, uma redução homóloga (-9,0%), intensificando o comportamento de quebra iniciado em 2019 e interrompido apenas no terceiro trimestre desse ano. Em termos médios, ocorreram cerca de 82 colocações por dia (cerca de menos oito do que em igual período do ano anterior).

Quadro 6 – Desemprego Registrado		1T20	4T19	3T19	2T19	1T19	2019	2018	
								média trimestral	
Dados do IEFP – Centro									
Desemprego registado*	milhares	57,3	54,0	54,1	54,6	59,3	55,5	61,5	
	v. h. (%)	-3,4	-6,1	-8,3	-10,7	-13,5	-9,8	-18,1	
Novos desempregados**	milhares	29,2	27,8	27,8	22,8	26,8	26,3	26,8	
	v. h. (%)	8,8	-0,5	-2,2	-3,5	-0,8	-1,7	-6,5	
Colocações do IEFP**	milhares	7,4	6,7	8,4	7,9	8,1	7,8	7,8	
	v. h. (%)	-9,0	-4,6	1,7	-0,4	-0,4	-0,8	-0,5	

* valores médios trimestrais

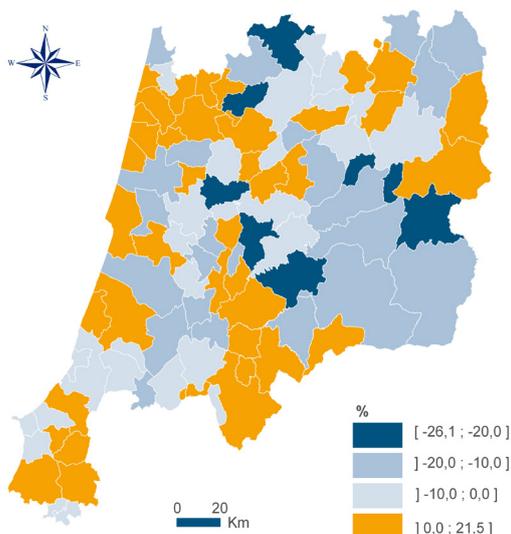
**soma dos valores dos meses que compõem o trimestre

¹⁵ O índice de disparidade do peso do desemprego registado por município face à média regional é um indicador que pretende traduzir a dispersão do desemprego registado no IEFP na população potencialmente ativa em cada município em relação ao valor desse indicador na Região Centro. Este índice é obtido da seguinte forma: $\frac{[(\text{desemprego registado}) / (\text{população média residente 15-64 anos})]}{[(\text{desemprego registado})_{RC} / (\text{população média residente 15-64 anos})_{RC}] * 100}$, sendo, determinado município e _{RC} a Região Centro. Para o cálculo do índice foi utilizada a população média residente do escalão etário 15-64 anos relativa ao ano de 2019.

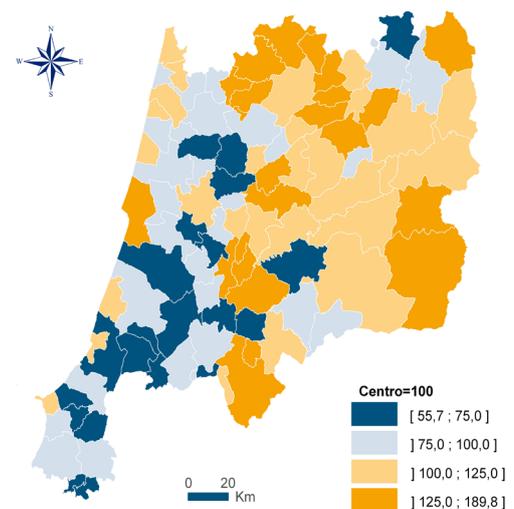
Analisando a evolução homóloga dos desempregados registados nos centros de emprego por município, verificou-se que apenas em 41 municípios ocorreu um aumento do desemprego face a igual período do ano anterior, destacando-se com os maiores crescimentos homólogos, Marinha Grande (21,5%), Tábua (20,8%), Oliveira do Bairro (18,6%) e Sardoal (16,3%). Nos restantes 59 municípios, o número de desempregados diminuiu, evidenciando-se, pelas significativas reduções homólogas, Belmonte (-26,1%), Penacova (-26,0%), Penamacor (-24,9%) e Manteigas (-24,1%).

Relativamente ao peso dos desempregados registados nos centros de emprego no total da população potencialmente ativa (15-64 anos), verificou-se que, neste trimestre, metade dos municípios apresentavam uma situação mais favorável do que a média regional, ou seja índices de disparidade¹⁵ inferiores a 100. Os municípios mais bem posicionados eram Meda (55,7), Ourém (55,8) e Sobral de Monte Agraço (58,6). Dos 50 municípios com índices superiores à média regional, destacavam-se, com os valores mais elevados, os municípios de Idanha-a-Nova (189,8), Abrantes (173,3) e Vila Nova de Paiva (163,4).

Variação homóloga do desemprego registado por município no primeiro trimestre de 2020



Disparidade do peso do desemprego registado por município face à média regional no primeiro trimestre de 2020¹⁵



EMPRESAS

-33,4%

foi a diminuição
homóloga das
empresas constituídas
na região e

-16,4%

foi o decréscimo
homólogo das ações
de insolvência na
região

No primeiro trimestre de 2020, assistiu-se, na Região Centro e em Portugal, a uma diminuição muito expressiva das empresas constituídas, dando já sinais do impacto da pandemia COVID-19. Também as ações de insolvência e os empréstimos concedidos às empresas intensificaram a tendência de queda. Já o peso dos empréstimos vencidos no total dos concedidos apresentou uma evolução decrescente, mas favorável, atingindo o valor mais baixo das últimas nove décadas.

Neste trimestre, foram constituídas 1.680 empresas na Região Centro, o que correspondeu a uma diminuição muito significativa de 33,4% face ao período homólogo, intensificando-se assim de forma muito significativa o comportamento negativo do último trimestre de 2019, que influiu um ano de acréscimos sucessivos. Esta evolução regional foi superior ao decréscimo homólogo do número de constituições de empresas ocorridas a nível nacional (-29,2%). Em termos médios, foram criadas aproximadamente 19 novas empresas por dia na região, contribuindo para as 124 novas empresas criadas diariamente no país. A descida tão acentuada de constituições de novas empresas pode já estar relacionada, ainda que parcialmente, com os efeitos da pandemia COVID-19 devido ao clima de incerteza.

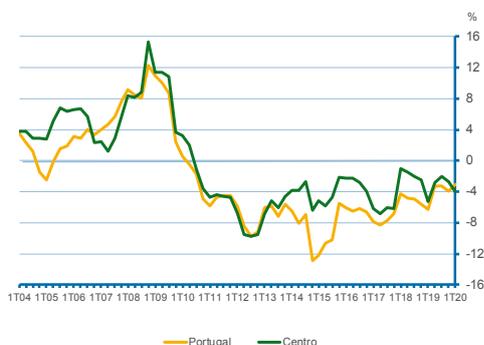
Na região registaram-se 229 ações de insolvência¹⁶ neste trimestre, o que se traduziu numa expressiva diminuição homóloga de 16,4%, inferior à variação nacional (-18,3%). Esta redução das insolvências dá continuidade à tendência de quebra observada há mais de três anos e apenas interrompida no ano de 2018. Em Portugal ocorreram cerca de 14 ações de insolvência, em média, por dia, das quais aproximadamente duas foram de empresas com sede na Região Centro.

Os empréstimos concedidos pela banca a sociedades não financeiras mantiveram a tendência regional negativa observada há mais de nove anos sucessivos, registando no primeiro trimestre de 2020 uma variação homóloga real de -4,0%. Este decréscimo na região foi mais elevado do que o da média do país, que se situou nos -3,0%, o que já não sucedia há sete anos consecutivos.

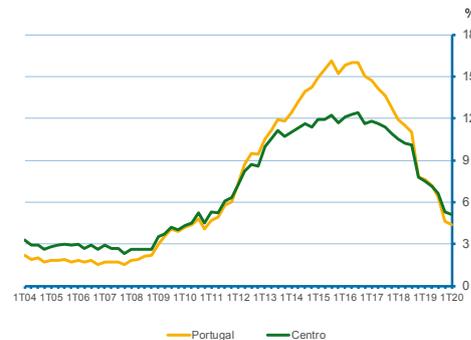
O incumprimento das empresas, medido pela importância dos empréstimos vencidos no total dos concedidos às sociedades não financeiras, diminuiu em relação ao trimestre homólogo (-2,4 pontos percentuais), tornando-se no valor mais baixo registado nos últimos nove anos. Deste modo, no primeiro trimestre de 2020, este indicador fixou-se nos 5,1% na região, permanecendo acima da média do país (4,4%).

¹⁶ A Iberinform, Crédito y Caución disponibiliza informação das ações de insolvência publicadas de acordo com a seguinte classificação: Declarada a Insolvência, Declarada a Insolvência – Apresentada, Declarada a Insolvência – Requerida e Em Plano de Insolvência. O total de ações de insolvência inclui estas quatro classificações.

Empréstimos concedidos a sociedades não financeiras
(variação homóloga real)



Peso dos empréstimos vencidos
das sociedades não financeiras



Quadro 7 – Empresas		1T20	4T19	3T19	2T19	1T19	2019	2018	
								média trimestral	
Empresas constituídas									
Portugal	número	11.160	11.114	10.528	11.524	15.754	12.230	11.331	
	v. h. (%)	-29,2	-1,1	10,8	2,7	17,8	7,9	11,9	
Centro	número	1.680	1.564	1.482	1.708	2.521	1.819	1.648	
	v. h. (%)	-33,4	-1,2	8,9	3,5	26,4	10,4	7,0	
Empréstimos concedidos a sociedades não financeiras*									
Portugal	milhões €	67.465	67.016	69.118	70.229	69.302	68.916	71.702	
	v. h. real (%)	-3,0	-3,9	-3,3	-3,2	-6,3	-4,2	-4,9	
Centro	milhões €	12.526	12.595	13.106	13.231	12.999	12.983	13.371	
	v. h. real (%)	-4,0	-2,7	-2,0	-2,8	-5,3	-3,2	-1,8	
Empréstimos vencidos (em percentagem dos concedidos)*									
Portugal	%	4,4	4,6	6,4	7,2	7,6	6,5	10,6	
Centro	%	5,1	5,3	6,6	7,1	7,5	6,6	9,7	
Ações de insolvência									
Portugal	número	1.250	1.617	922	1.443	1.530	1.378	1.652	
	v. h. (%)	-18,3	-6,3	-25,2	-24,9	-11,5	-16,6	-0,5	
Centro	número	229	312	173	268	274	257	304	
	v. h. (%)	-16,4	-0,6	-25,8	-23,4	-14,4	-15,6	4,6	

* A informação é apresentada por local de residência do devedor e abrange apenas os empréstimos concedidos a particulares pelos bancos, caixas económicas e caixas de crédito agrícola mútuo.

COMÉRCIO INTERNACIONAL DE BENS

-5,6%

foi a diminuição
homóloga real das
saídas de bens da
região e

-5,3%

foi o decréscimo
homólogo real das
entradas de bens na
região

No primeiro trimestre de 2020, na Região Centro, observou-se uma contração homóloga real nas saídas e entradas de bens, que pode já traduzir, ainda que parcialmente, os efeitos da pandemia COVID-19. A quebra significativa no mercado intracomunitário foi a que contribuiu para a variação regional negativa das saídas e das entradas de bens, que reflete também, adicionalmente, a conclusão do Brexit.

As saídas de bens da Região Centro registaram, neste trimestre, uma diminuição homóloga real¹⁷ de 5,6%, intensificando o comportamento negativo observado no trimestre anterior e acompanhando o total de saídas do país (que decresceram 2,4%, em termos homólogos reais). Esta evolução regional foi explicada expressivamente pela quebra homóloga das saídas para o mercado intracomunitário (-8,1%), sendo contrariada pelo crescimento das saídas para os países extracomunitários (4,6%). As variações do comércio internacional, nomeadamente do intracomunitário, registadas neste trimestre podem traduzir já, ainda que de modo parcial, os efeitos associados ao Brexit¹⁸ (com impacto nos meses de fevereiro e março de 2020) e à pandemia COVID-19 (com impacto no mês de março de 2020). Para contenção deste surto pandémico, embora o transporte de mercadorias no interior da União Europeia não tenha sido suspenso, quase todos os países implementaram limitações à livre circulação e controlos transfronteiriços, que provocaram alguns constrangimentos ao nível do transporte terrestre, aéreo ou marítimo.

Considerando as saídas de bens da região por grupos de produtos, tendo em conta as doze secções da Nomenclatura Combinada com maior importância nas transações internacionais¹⁹ da Região Centro, verificou-se que, neste trimestre, mais de metade das secções analisadas explicaram negativamente a evolução regional, destacando-se, com um contributo conjunto de -5,11 pontos percentuais, duas secções (XVII “material de transporte” e XVI “máquinas e aparelhos, material elétrico, e suas partes; aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão, e suas partes e acessórios”).

¹⁷ As taxas de variação real das variáveis presentes neste capítulo foram calculadas, na região e em Portugal, com base nos deflatores de Contas Nacionais específicos desses fluxos (atualizados para a base 2016).

¹⁸ Atendendo à concretização do Brexit ocorrida a 31 de janeiro de 2020, os dados referentes às transações de/para o Reino Unido foram considerados pelo Instituto Nacional de Estatística, a partir de fevereiro de 2020, no comércio extracomunitário.

¹⁹ Das 21 secções da Nomenclatura Combinada foram escolhidas as que, no período em análise, assumiram conjuntamente uma importância superior a 93% e 92% do total das saídas e entradas de bens na Região Centro. Estas secções encontram-se identificadas nas fontes de informação.

Quadro 8 – Comércio Internacional de Bens*		1T20	4T19	3T19	2T19	1T19	2019	2018
		média trimestral						
Saídas de bens								
Portugal	milhões €	14.568,1	15.397,2	14.142,0	15.335,6	15.020,6	14.973,9	14.462,5
	v. h. real (%)	-2,4	8,1	1,0	0,6	4,7	3,6	3,2
Intracomunitárias	milhões €	10.688,1	11.751,4	10.730,6	11.751,6	11.762,7	11.499,1	11.013,8
	v. h. real (%)	-8,5	8,2	2,2	1,4	6,2	4,5	6,0
Extracomunitárias	milhões €	3.880,0	3.645,8	3.411,4	3.584,0	3.257,9	3.474,8	3.448,7
	v. h. real (%)	19,9	7,9	-2,4	-1,6	-0,4	0,8	-4,9
Centro	milhões €	2.719,1	2.846,0	2.693,9	2.923,4	2.899,9	2.840,8	2.820,5
	v. h. real (%)	-5,6	-0,2	2,8	-2,6	3,4	0,8	2,7
Intracomunitárias	milhões €	2.125,2	2.264,4	2.141,9	2.374,4	2.328,7	2.277,3	2.254,3
	v. h. real (%)	-8,1	1,2	3,5	-2,5	2,5	1,1	3,4
Extracomunitárias	milhões €	593,8	581,6	552,0	549,0	571,2	563,4	566,3
	v. h. real (%)	4,6	-5,2	0,3	-3,1	7,3	-0,4	-0,2
Entradas de bens								
Portugal	milhões €	19.214,6	20.221,3	19.407,2	20.645,3	20.012,9	20.071,7	18.859,8
	v. h. real (%)	-3,6	3,8	7,5	5,1	11,4	6,8	5,6
Intracomunitárias	milhões €	14.013,3	15.686,3	14.688,9	15.755,6	15.241,8	15.343,2	14.322,3
	v. h. real (%)	-7,7	3,7	10,5	6,4	10,0	7,5	5,1
Extracomunitárias	milhões €	5.201,3	4.535,0	4.718,3	4.889,7	4.771,1	4.728,5	4.537,5
	v. h. real (%)	9,5	3,8	-0,9	1,0	16,0	4,6	7,4
Centro	milhões €	2.381,1	2.382,4	2.386,3	2.643,0	2.526,4	2.484,5	2.498,5
	v. h. real (%)	-5,3	-4,0	4,0	-3,8	3,6	-0,2	5,4
Intracomunitárias	milhões €	1.857,0	1.952,3	1.876,7	2.073,7	2.046,4	1.987,3	2.028,2
	v. h. real (%)	-8,9	-3,1	2,3	-6,2	1,0	-1,6	3,7
Extracomunitárias	milhões €	524,1	430,1	509,6	569,3	480,0	497,2	470,3
	v. h. real (%)	9,7	-7,9	11,0	6,5	15,9	6,1	13,3

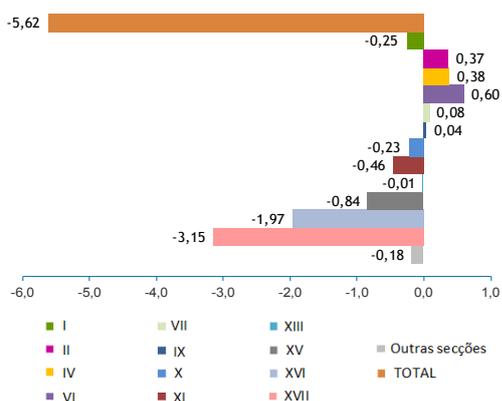
*Os valores de 2018 são definitivos, os de 2019 e 2020 são preliminares sendo revistos trimestralmente.

Os dados do comércio internacional foram deflacionados com informação de Contas Nacionais disponibilizada pelo INE na base 2016. A distribuição regional do comércio internacional tem por base a sede dos operadores (e não a região onde a transação dos bens ocorreu).

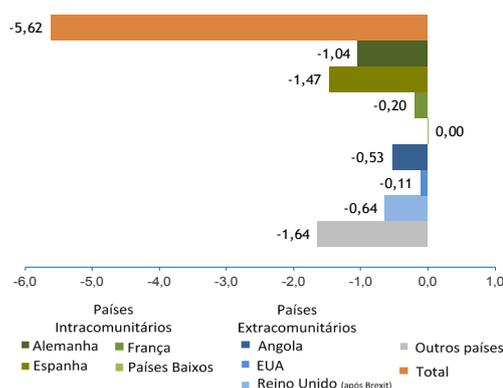
Por contraste, das secções que explicaram positivamente a variação regional, sobressaem pelo maior crescimento, as secções VI “produtos das indústrias químicas ou das indústrias conexas” (0,60%), IV “produtos das indústrias alimentares; bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres; tabaco e seus sucedâneos manufacturados” (0,38%) e II “produtos do reino vegetal” (0,37%). A evolução de alguns grupos de produtos parece já retratar, ainda que muito parcialmente, os efeitos da COVID-19 que, devido às medidas de contenção da pandemia adotadas pelos países, condicionou o funcionamento do transporte de mercadorias, dando prioridade nos mercados à circulação de bens alimentares e de primeira necessidade (estando aqui incluídos, os medicamentos, equipamentos médicos e de proteção individual).

Taxa de variação homóloga real das saídas de bens no Centro no primeiro trimestre de 2020 (%)

Contributos das secções da Nomenclatura Combinada¹⁹



Contributos dos países^{20 e 21}



Analisando as saídas de bens da região tendo em consideração os países de destino com maior importância nas transações internacionais²⁰ da Região Centro, constatou-se que a quase totalidade dos países analisados no mercado intracomunitário justificaram negativamente a variação homóloga regional. Destes países, destacaram-se pelo contributo negativo mais expressivo Espanha e Alemanha (que conjuntamente explicaram em -2,51 pontos percentuais a variação total). Todos os países extracomunitários mais relevantes nas exportações da Região Centro explicaram negativamente esta evolução, com destaque para o Reino Unido²¹ com uma variação de -0,64%, que igualou o contributo conjunto de Angola e dos EUA. Todavia, importa referir que na variação homóloga negativa do Reino Unido estão incluídas transações, de janeiro de 2020, que respeitam ao mercado comunitário, pelo facto da efetivação da saída da União Europeia (Brexit) só ter ocorrido a 31 de janeiro deste ano.

As entradas de bens na Região Centro registaram face a igual período do ano anterior uma diminuição real de 5,3%, acompanhando o total nacional que decresceu 3,6% e dando continuidade ao comportamento negativo observado no último trimestre de 2019. As entradas provenientes dos países da União Europeia contribuíram em -8,9% para esta evolução regional negativa, que foi contrariada pela variação homóloga positiva observada no mercado extracomunitário (9,7%). Esta evolução regional das importações, tal como nas exportações, pode já resultar dos efeitos da COVID-19, mostrando também a importância dos bens provindos do mercado comunitário no total regional (que habitualmente representa mais de três quartos do total de entradas de bens).

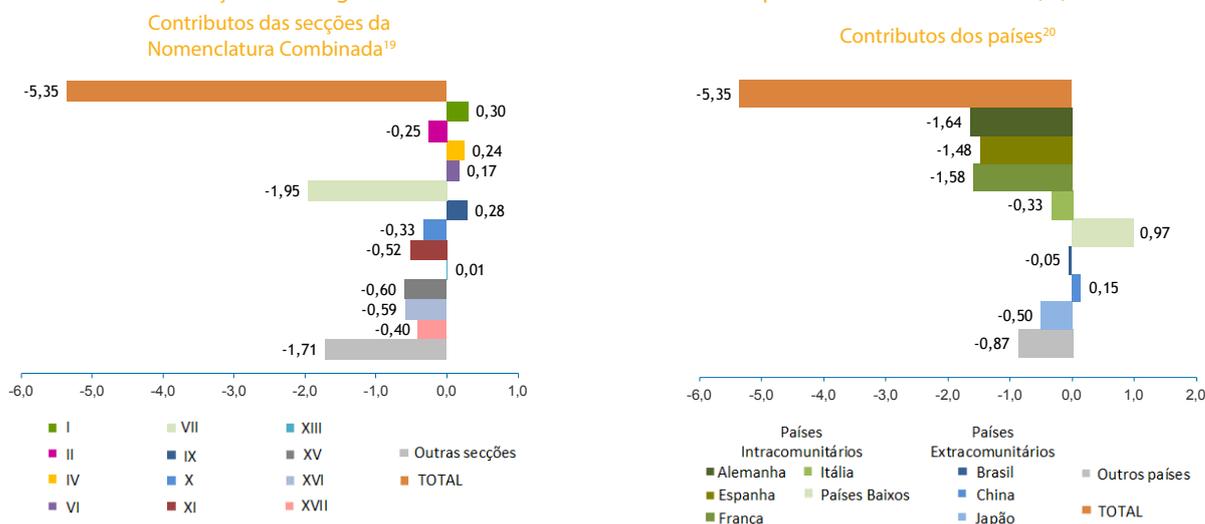
Em termos das entradas de bens dos 12 grupos de produtos com maior importância nas transações internacionais da região, observou-se que a maioria desses grupos contribuíram para a variação homóloga real negativa das entradas de bens, com destaque para as secções VII “plástico e suas obras; borracha e suas obras” (-1,95%), XV “metais comuns e suas obras” (-0,60%) e XVI “máquinas e aparelhos, material elétrico, e suas partes; aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão, e suas partes e acessórios” (-0,59%). Das secções analisadas que contrariaram a evolução regional registada salientam-se pelos crescimentos mais significativos: I “animais vivos e produtos do reino animal” (0,30%) e IX “Madeira, carvão vegetal e obras de madeira; cortiça e suas obras; obras de espartaria ou de cestaria” (0,28%).

No que respeita às entradas de bens na região por países de origem com maior relevância nas transações internacionais, verificou-se que a grande maioria dos países do mercado intracomunitário contribuíram expressivamente para a variação homóloga regional de -5,35%. Os contributos negativos mais significativos ocorreram na Alemanha, França e Espanha (que conjuntamente justificaram em -4,70 pontos percentuais a variação total). Dos países com relevo no mercado extracomunitário, foram o Japão e o Brasil que explicaram, em -0,55 pontos percentuais, a variação regional registada no trimestre.

²⁰ Dos diversos países com os quais a Região Centro estabelece relações comerciais foram escolhidos, nos mercados intra e extracomunitários, os que, neste trimestre, representavam no seu conjunto mais de 69% e 77% do total das saídas e das entradas de bens na região, respetivamente.

²¹ Para a presente análise o Reino Unido foi integrado no mercado extracomunitário, pelo facto de já ser considerado um país terceiro no final do primeiro trimestre de 2020 e na maioria dos meses que o compõem (fevereiro e março).

Taxa de variação homóloga real das entradas de bens no Centro no primeiro trimestre de 2020 (%)



TURISMO

-15,4%

foi a diminuição
homóloga real
dos hóspedes dos
estabelecimentos
hoteleiros da região e

No primeiro trimestre de 2020, o setor do turismo na região sofreu uma forte quebra, o que decorre já, em grande medida, do impacto da pandemia COVID-19. Os hóspedes, as dormidas e os proveitos dos estabelecimentos de alojamento turístico registaram significativas diminuições face a igual período do ano anterior. Todavia, a estada média permaneceu inalterada face ao trimestre homólogo e anterior.

-14,8%

foi o decréscimo
homólogo real dos
proveitos desses
estabelecimentos

Neste trimestre, os estabelecimentos de alojamento turístico²² acolheram menos hóspedes do que no trimestre homólogo e anterior. Na Região Centro, o decréscimo homólogo foi de 15,4%, acompanhando a média nacional que também diminuiu acentuadamente em 17,6%. Se considerarmos apenas a hotelaria, excluindo assim o turismo no espaço rural e de habitação e ainda o alojamento local, a diminuição homóloga nos hóspedes foi de 16,7% e de 39,0%, respetivamente, em termos homólogos e trimestrais.

Também as dormidas em estabelecimentos de alojamento turístico da região registaram uma quebra expressiva face ao mesmo período do ano anterior (-14,8%), embora inferior à média do país que decresceu 18,0%. Os proveitos dos estabelecimentos de alojamento turístico registaram uma significativa redução homóloga real na região e no país, de 14,8% e 20,0%, respetivamente. Para a evolução regional dos proveitos contribuiu a contração homóloga real dos proveitos de aposento que diminuíram 13,9% e que representavam, neste trimestre, cerca de 69% do total de proveitos em estabelecimentos de alojamento turístico. A estada média na Região Centro e em Portugal cifrou-se em 1,6 e 2,4 noites, respetivamente, permanecendo, em ambos os casos, igual à observada no período homólogo e anterior.

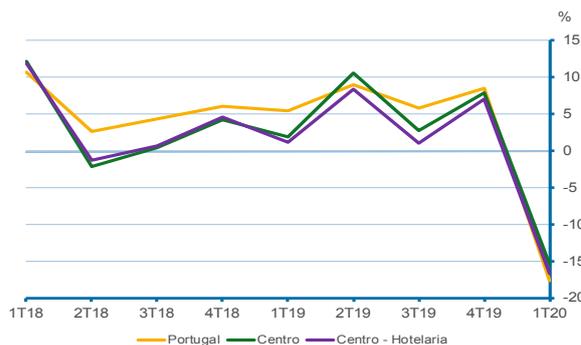
²² O setor de alojamento turístico inclui a hotelaria, o turismo no espaço rural e de habitação e ainda o alojamento local. A hotelaria abrange hotéis, hotéis-apartamentos, Pousadas e Quintas da Madeira, aldeamentos turísticos e apartamentos turísticos.

Quadro 9 – Turismo		1T20	4T19	3T19	2T19	1T19	2019	2018
		média trimestral						
Hóspedes em estabelecimentos de alojamento turístico								
Portugal	milhares	3.711	5.826	9.017	7.628	4.503	6.743	6.289
	v. h. (%)	-17,6	8,5	5,8	9,1	5,4	7,2	5,3
Centro	milhares	571	921	1.389	1.136	676	1.030	974
	v. h. (%)	-15,4	7,9	2,7	10,5	1,9	5,8	2,4
Hotelaria	milhares	448	734	1.055	901	538	807	773
	v. h. (%)	-16,7	7,0	1,0	8,4	1,2	4,3	2,8
Dormidas em estabelecimentos de alojamento turístico								
Portugal	milhares	8.990	13.936	25.335	19.596	10.963	17.458	16.769
	v. h. (%)	-18,0	4,8	2,9	6,4	2,0	4,1	3,2
Centro	milhares	915	1.514	2.612	1.901	1.074	1.775	1.694
	v. h. (%)	-14,8	6,2	2,3	10,0	0,4	4,8	0,2
Hotelaria	milhares	708	1.194	1.975	1.499	840	1.377	1.335
	v. h. (%)	-15,7	5,3	0,3	8,1	-1,1	3,2	0,3
Proveitos totais dos estabelecimentos de alojamento turístico								
Portugal	milhares €	469.510	824.150	1.669.374	1.197.508	584.551	1.068.896	996.638
	v. h. real (%)	-20,0	7,6	6,8	8,3	4,3	6,9	7,2
Centro	milhares €	45.419	77.182	132.851	92.502	53.112	88.912	83.198
	v. h. real (%)	-14,8	8,1	4,4	10,9	3,1	6,5	4,2
Hotelaria	milhares	36.799	63.972	104.846	75.691	43.360	71.967	68.022
	v. h. real (%)	-15,5	8,1	3,3	9,1	1,6	5,4	4,5
Estada média nos estabelecimentos de alojamento turístico								
Portugal	n.º noites	2,4	2,4	2,8	2,6	2,4	2,6	2,7
Centro	n.º noites	1,6	1,6	1,9	1,7	1,6	1,7	1,7

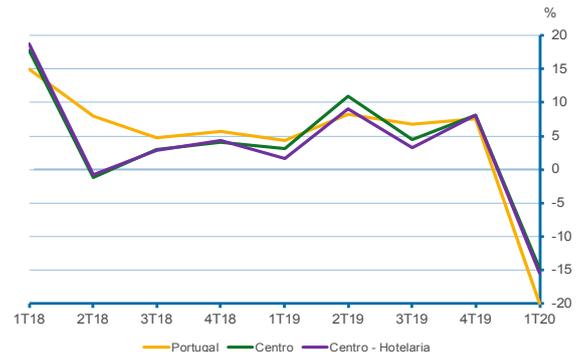
Desde a edição n.º 15 deste boletim que os dados absolutos se reportam à soma dos valores mensais em cada trimestre. Os valores de 2019 e 2020 são provisórios, exceto os do mês mais recente que são preliminares.

Esta evolução desfavorável na atividade turística traduz já os efeitos da pandemia COVID-19, com impactos muito significativos no último mês do trimestre. Em meados de março de 2020, para contenção da propagação do COVID-19, foram impostas restrições à livre circulação de pessoas, como por exemplo, o encerramento das fronteiras terrestres e a suspensão de rotas aéreas, que tiveram um reflexo negativo e imediato no setor. Porém mesmo antes da implementação destas medidas, já se sentiam perturbações nesta atividade e na procura dirigida aos seus produtos (sensivelmente desde o início do mês de março).

Hóspedes em estabelecimentos de alojamento turístico
(variação homóloga)



Proveitos totais dos estabelecimentos de alojamento turístico
(variação homóloga real)



CONSTRUÇÃO E HABITAÇÃO

9,7%

foi o crescimento homólogo dos novos fogos para habitação familiar licenciados na região e

-24,5%

foi a diminuição homóloga real regional dos empréstimos à habitação vencidos, em queda há mais de três anos

No primeiro trimestre de 2020, na Região Centro, assistiu-se a uma evolução positiva das construções novas e dos novos fogos para habitação familiar, face a igual período do ano anterior. Por contraste, o total de obras concluídas e de edifícios licenciados decresceu. Das variáveis relativas aos empréstimos à habitação, continuou a destacar-se a evolução muito favorável dos empréstimos vencidos, que mantiveram uma quebra homóloga expressiva. A avaliação bancária da habitação na região aumentou e pode já traduzir, ainda que de forma muito parcial, o impacto da pandemia COVID-19.

Neste trimestre, foram licenciados, na região, 1.587 edifícios, o que se traduziu num decréscimo homólogo de 2,8%. Esta variação regional inverteu a tendência positiva verificada desde 2018 e apenas interrompida no segundo trimestre de 2019, mas foi inferior à média do país que registou uma diminuição de 7,4%. Já os restantes indicadores do licenciamento apresentaram evoluções positivas. O licenciamento de construções novas na região aumentou 3,5%, dando continuidade à evolução positiva observada nos dois trimestres anteriores. Também o licenciamento de novos fogos para habitação familiar teve um acréscimo de 9,7% em termos homólogos, contrariando o comportamento negativo do período precedente.

Os edifícios concluídos diminuíram 1,1%, na região, em termos homólogos, infletindo a evolução positiva verificada ao longo dos últimos dois anos. Também nas obras concluídas, os restantes indicadores analisados apresentaram variações positivas. Assim, face a igual período do ano anterior, as conclusões de construções novas e os fogos concluídos em construções novas para habitação familiar cresceram 0,4% e 1,2%, respetivamente, dando continuidade à tendência de aumentos observada há mais de dois anos. Em termos nacionais manteve-se a evolução positiva significativa iniciada há mais de três anos, com os edifícios concluídos a observar, neste trimestre, um crescimento homólogo de 15,8%.

Os empréstimos concedidos pelos bancos para habitação aumentaram ligeiramente no primeiro trimestre de 2020, tendo crescido 0,3% na região, em termos homólogos reais, contrariando a

média nacional que decresceu em 0,2%. O valor registado pela Região Centro, neste trimestre, deu continuidade ao comportamento positivo verificado nos dois últimos trimestres de 2019, que infletiram mais de oito anos de diminuições homólogas consecutivas. Já os empréstimos à habitação vencidos na região continuaram a diminuir muito expressivamente (-24,5%), acompanhando a evolução nacional (-46,8%) e mantendo a tendência de quebras sucessivas verificada há mais de três anos. Também o peso dos empréstimos vencidos no total dos concedidos à habitação diminuiu 0,4 pontos percentuais na região e 0,6 pontos percentuais no país face ao período homólogo, cifrando-se, nos valores de 1,1% e 0,8%, respetivamente (os mesmos do trimestre precedente).

Na Região Centro, neste trimestre, a avaliação bancária da habitação aumentou 5,8% em termos homólogos reais, mantendo-se significativamente abaixo do valor nacional (9,9%). Estas variações homólogas podem espelhar já, ainda que parcialmente, os efeitos da pandemia COVID-19 no que respeita ao comportamento do índice de preços. Cada metro quadrado destinado à habitação na região foi avaliado pelas entidades bancárias em 818 euros (aproximadamente mais 48 euros por metro quadrado do que em igual período do ano anterior). Esta evolução regional traduz o maior valor da avaliação bancária dos últimos nove anos. Em todas as sub-regiões da Região Centro, o valor da avaliação bancária aumentou em termos homólogos reais, destacando-se, pelas variações homólogas reais mais expressivas Beira Baixa (10,5%), Região de Aveiro e Viseu Dão-Lafões, ambas com 9,0%.

Quadro 10 – Construção e Habitação		1T20	4T19	3T19	2T19	1T19	2019	2018
		média trimestral						
Edifícios licenciados*								
Portugal	número	5.779	5.860	5.699	5.909	6.244	5.928	5.568
	v. h. (%)	-7,4	3,1	5,4	2,6	15,1	6,5	19,7
Centro	número	1.587	1.568	1.611	1.599	1.633	1.603	1.567
	v. h. (%)	-2,8	0,1	0,1	-1,7	11,4	2,3	17,7
Construções novas	número	1.168	1.092	1.165	1.103	1.128	1.122	1.047
	v. h. (%)	3,5	8,5	10,5	-0,8	10,9	7,1	15,2
Novos fogos para habitação familiar	v. h. (%)	9,7	-1,4	16,9	-4,0	14,4	5,7	31,7
Edifícios concluídos**								
Portugal	número	4.302	4.379	4.081	3.875	3.715	4.013	3.371
	v. h. (%)	15,8	17,6	16,7	19,4	23,1	19,0	19,0
Centro	número	1.077	1.157	1.103	1.129	1.089	1.120	976
	v. h. (%)	-1,1	9,6	7,3	22,7	20,9	15	15,7
Construções novas	número	813	854	803	808	810	819	720
	v. h. (%)	0,4	10,9	5,2	18,8	21,4	13,7	16,9
Novos fogos para habitação familiar	v. h. (%)	1,2	7,6	8,9	27,2	1,2	10,7	28,0
Empréstimos concedidos para habitação***								
Portugal	v. h. real (%)	-0,2	-0,5	0,2	-0,4	-0,9	-0,4	-1,8
Centro	v. h. real (%)	0,3	0,2	0,1	-0,6	-1,0	-0,3	-1,4
Empréstimos à habitação vencidos***								
Portugal	v. h. real (%)	-46,8	-46,8	-44,0	-35,5	-34,2	-39,5	-15,3
Centro	v. h. real (%)	-24,5	-24,8	-35,0	-33,4	-30,6	-31,3	-13,3
Avaliação bancária da habitação****								
Portugal	€/m ²	1.110,0	1.091,0	1.066,0	1.030,0	1.006,0	1.048,3	947,0
	v. h. real (%)	9,9	11,4	11,3	9,9	8,5	10,3	7,7
Centro	€/m ²	818,0	816,0	794,0	783,0	770,0	790,8	737,5
	v. h. real (%)	5,8	8,7	5,3	7,7	5,7	6,9	5,1

*O total integra construções novas, ampliações, alterações e reconstruções.

** A informação para os anos de 2018, 2019 e 2020 corresponde a dados preliminares e baseia-se nas Estimativas de Obras Concluídas.

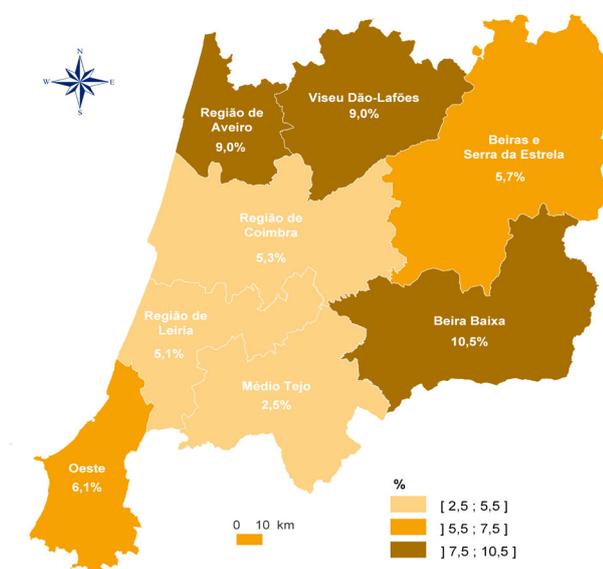
*** A informação é apresentada por local de residência do devedor e abrange apenas os empréstimos concedidos a particulares pelos bancos, caixas económicas e caixas de crédito agrícola mútuo.

**** Neste trimestre, o Instituto Nacional de Estatística divulgou uma série revista do Inquérito à Avaliação Bancária na Habitação devido a alterações metodológicas, que consistiram, fundamentalmente, na substituição do valor médio pelo valor mediano de avaliação bancária e da área útil pela área bruta como referência ao cálculo do indicador.

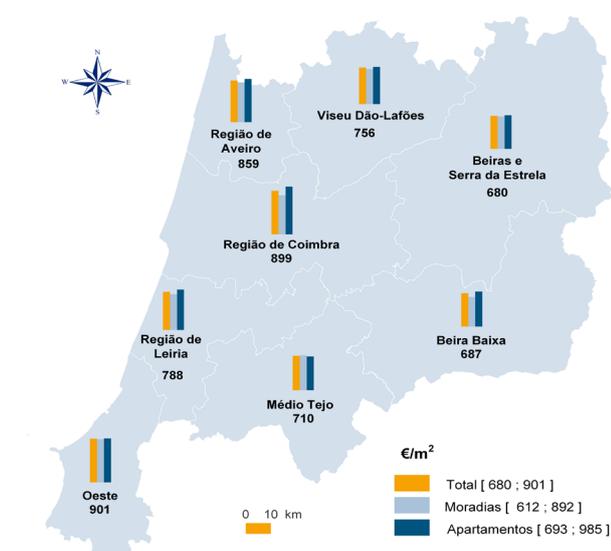
Adicionalmente, os resultados divulgados mensalmente têm por base as avaliações bancárias efetuadas no mês de referência e nos dois meses anteriores (ou seja, no trimestre terminado em cada mês). Assim, pelas razões apresentadas, a informação divulgada nesta edição do boletim não é diretamente comparável com as edições anteriores desta publicação.

As duas tipologias de habitação (moradias e apartamentos) contribuíram para esta evolução positiva da avaliação bancária da habitação na região, tendo-se verificado um crescimento homólogo real de 6,4% no valor da avaliação bancária dos apartamentos e de 4,0% nas moradias. O Oeste foi novamente a sub-região com a avaliação mais elevada (901€/m²) e continuou a evidenciar a valorização mais alta nas moradias (892€/m²). A Região de Coimbra foi, como habitual, a sub-região onde os apartamentos eram mais valorizados (985€/m²), enquanto a valorização menos elevada ocorria nas Beiras e Serra da Estrela (693€/m²). Esta sub-região foi também a menos valorizada em termos médios globais (680€/m²). Já as moradias apresentaram a avaliação mais baixa na Beira Baixa (612€/m²).

Taxa de variação homóloga real da avaliação bancária da habitação no primeiro trimestre de 2020



Avaliação bancária da habitação no primeiro trimestre de 2020



PREÇOS E CONSUMO PRIVADO

0,23%

foi a taxa de inflação
homóloga regional
no trimestre

-3,3%

foi a diminuição
regional dos
levantamentos em
caixas automáticos

²³ A evolução da pandemia COVID-19 perturbou a recolha de preços no final do mês de março para os hotéis, pelo que é possível que os valores aqui apresentados se venham a alterar substancialmente.

No primeiro trimestre de 2020, o Índice de Preços no Consumidor aumentou na Região Centro, face ao período homólogo, infletindo o comportamento de quebra observado nos dois trimestres anteriores. Esta evolução dos preços pode já refletir algum impacto do surto epidemiológico associado à COVID-19. Também o consumo privado parece já ter sido influenciado, ainda que parcialmente, pelos efeitos da pandemia, a avaliar pela evolução decrescente de alguns dos seus indicadores.

O nível médio de preços na região, avaliados pelo Índice de Preços no Consumidor, registou um aumento de 0,23%, em termos homólogos. Esta evolução regional foi inferior à média nacional (que neste trimestre cresceu 0,41%), mas infletiu o comportamento de quebra observado nos dois últimos trimestres de 2019 e que tinham interrompido quatro anos de aumentos sucessivos. Na região, a maioria das classes de despesa acompanhou este crescimento dos preços, destacando-se com os aumentos mais expressivos os “bens e serviços diversos” (1,56%), os “restaurantes e hotéis²³” (1,31%), as “bebidas alcoólicas e tabaco” (1,23%) e os “produtos alimentares e bebidas não alcoólicas” (1,19%). Das cinco classes de despesa que registaram variações negativas na comparação homóloga, realçam-se, pelas diminuições mais significativas, as “comunicações” (-4,18%) e o “vestuário e calçado” (-2,91%), que no último ano têm sofrido quebras cada vez mais acentuadas.

Quadro 11 – Preços		1T20	4T19	3T19	2T19	1T19	2019	2018
		média trimestral						
Índice de Preços no Consumidor – IPC								
Portugal	v. h. (%)	0,41	0,25	-0,17	0,53	0,75	0,34	0,99
Centro	v. h. (%)	0,23	-0,03	-0,09	0,53	0,86	0,32	1,10
Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas	v. h. (%)	1,19	0,46	0,02	-0,18	0,91	0,30	0,74
Bebidas alcoólicas e tabaco	v. h. (%)	1,23	1,44	1,29	2,04	2,06	1,71	2,25
Vestuário e calçado	v. h. (%)	-2,91	-2,67	-2,07	-2,14	-1,20	-2,04	-2,97
Habituação, água, eletricidade, gás e outros combustíveis	v. h. (%)	0,31	-1,36	-1,14	0,08	-0,08	-0,63	2,32
Acessórios, equipamento doméstico e manutenção corrente da habitação	v. h. (%)	-1,68	-1,97	-1,55	-1,17	-0,95	-1,41	-0,50
Saúde	v. h. (%)	0,68	0,73	1,08	1,04	1,17	1,00	1,23
Transportes	v. h. (%)	0,94	0,90	0,54	2,32	2,21	1,48	2,80
Comunicações	v. h. (%)	-4,18	-3,84	-3,82	-2,36	0,17	-2,46	0,53
Lazer, recreação e cultura	v. h. (%)	-1,39	0,13	-0,23	0,15	-0,42	-0,09	0,01
Educação	v. h. (%)	-1,86	-1,92	1,23	1,19	1,16	0,41	1,48
Restaurantes e hotéis	v. h. (%)	1,31	0,68	0,35	1,35	1,43	0,95	2,22
Bens e serviços diversos	v. h. (%)	1,56	1,78	1,56	2,07	2,03	1,86	0,93

Tanto o comportamento dos preços como a contração observada em alguns dos indicadores representativos do consumo privado, na região, parecem já denotar algum impacto da pandemia COVID-19.

As receitas de cinema na região sofreram uma quebra homóloga real de 14,5% que, apesar de intensificar o comportamento negativo observado no trimestre precedente, foi inferior ao padrão nacional (que registou uma contração homóloga real de 17,8%). Estas variações expressivamente negativas podem já espelhar algumas consequências das medidas impostas, em meados de março, para contenção da pandemia COVID-19 e salvaguarda da saúde pública, nomeadamente, o encerramento das salas de cinema de todo o país.

Também as importações de bens de consumo e os levantamentos em caixas multibanco na região sofreram uma contração homóloga real de 4,5% e 3,3%, respetivamente. Para este desempenho regional, podem já ter contribuído algumas das medidas tomadas no âmbito do Estado de Emergência em Portugal, decretado a 18 de março, como por exemplo, o encerramento dos estabelecimentos comerciais (à exceção das farmácias, supermercados e outros similares) que reduziu o consumo dos cidadãos aos bens essenciais, em particular o daqueles que não têm acesso às plataformas digitais de comercialização. É ainda de referir que a diminuição dos levantamentos em caixas automáticas pode estar relacionada com o aconselhamento do uso de cartões multibanco nas compras (de preferência com tecnologia *contactless*, através da qual passou a ser possível efetuar pagamentos até 50€, sem introdução de PIN) secundarizando os pagamentos em numerário, por ser um potencial meio de contágio. Talvez em parte por esta razão, as compras e os pagamentos em terminais automáticos, apesar do abrandamento face aos trimestres anteriores, continuaram a crescer face a igual período do ano anterior.

Os empréstimos concedidos para consumo continuaram a aumentar expressivamente, na Região Centro, em termos homólogos reais (18,7%). Esta evolução regional posiciona a região acima da média do país (15,5%) e, apesar do abrandamento face ao período precedente, dá continuidade à tendência de crescimento observada há mais de dois anos consecutivos. Já o peso regional dos empréstimos vencidos para consumo no total dos concedidos fixou-se nos 4,3%, ligeiramente abaixo do valor observado no período homólogo e inferior à média do país (6,7%).

Quadro 12 – Consumo Privado		1T20	4T19	3T19	2T19	1T19	2019	2018
		média trimestral						
Entradas intracomunitárias de bens de consumo*								
Portugal	v. h. real (%)	1,0	6,3	7,5	1,5	5,2	5,1	1,2
Centro	v. h. real (%)	-4,5	2,9	4,2	-1,7	6,8	2,9	1,8
Receitas de cinema**								
Portugal	v. h. real (%)	-17,8	-1,2	22,3	21,2	-17,3	5,4	-4,6
Centro	v. h. real (%)	-14,5	-3,4	24,6	19,5	-24,0	3,4	-9,7
Empréstimos concedidos para consumo e outros fins***								
Portugal	v. h. real (%)	15,5	16,4	13,0	12,1	1,7	10,8	3,1
Centro	v. h. real (%)	18,7	21,5	17,6	17,0	5,0	15,4	4,4
Empréstimos vencidos para consumo e outros fins (em percentagem dos concedidos)***								
Portugal	%	6,7	6,6	7,4	7,8	7,9	7,4	9,7
Centro	%	4,3	4,2	4,4	4,6	4,4	4,4	5,3
Levantamentos em caixas automáticos								
Portugal	v. h. real (%)	-4,6	2,7	1,7	2,0	2,6	2,2	1,4
Centro	v. h. real (%)	-3,3	3,5	1,7	3,1	2,8	2,7	2,0
Pagamentos em caixas automáticos								
Portugal	v. h. real (%)	2,5	4,9	5,4	1,1	4,2	3,9	4,8
Centro	v. h. real (%)	3,5	4,9	5,3	0,9	3,5	3,7	4,6
Compras em terminais de pagamento automático								
Portugal	v. h. real (%)	0,7	7,7	8,0	9,3	7,2	8,0	8,0
Centro	v. h. real (%)	5,3	9,2	7,9	9,9	8,2	8,8	8,6

* A distribuição regional das importações intracomunitárias tem por base o critério de destino das mercadorias. Os valores de 2018 são definitivos, os de 2019 e 2020 são preliminares sendo revistos trimestralmente. Estes dados foram deflacionados com informação de Contas Nacionais disponibilizada pelo INE na base 2016.

** Os dados de 2020 das receitas de cinema são provisórios.

***A informação é apresentada por local de residência do devedor e abrange apenas os empréstimos concedidos a particulares pelos bancos, caixas económicas e caixas de crédito agrícola mútuas.

Portugal apresenta uma grande disparidade regional, em termos de desenvolvimento económico e social. Tomando como referência o PIB *per capita* em relação à média da União Europeia, as regiões portuguesas NUTS II encontram-se distribuídas, em termos de elegibilidade para os cinco fundos europeus estruturais e de investimento (Fundo Europeu do Desenvolvimento Regional - FEDER, Fundo de Coesão - FC, Fundo Social Europeu - FSE, Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural - FEADER e Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e da Pesca - FEAMP), em regiões menos desenvolvidas quando esse valor é inferior a 75% da média da União Europeia (Norte, Centro, Alentejo e Açores); região em transição (Algarve) e regiões desenvolvidas (Lisboa e Madeira).

O PORTUGAL 2020 consiste no acordo de parceria adotado entre Portugal e a Comissão Europeia, que reúne a atuação dos cinco fundos e no qual se definem os princípios de programação que consagram a política de desenvolvimento económico, social e territorial para promover, em Portugal, entre 2014 e 2020. Estes princípios de programação estão alinhados com o crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, prosseguindo a estratégia Europa 2020. O PORTUGAL 2020 é operacionalizado através de 16 Programas Operacionais a que acrescem, tal como no período anterior, os programas de cooperação territorial nos quais Portugal participará a par com outros estados membros: os quatro Programas Operacionais Temáticos do Continente (competitividade e internacionalização; inclusão social e emprego; capital humano e sustentabilidade e eficiência no uso dos recursos); os sete Programas Operacionais Regionais do Continente e das Regiões Autónomas (Norte, Centro, Lisboa, Alentejo, Algarve, Açores e Madeira), três Programas de Desenvolvimento Rural (um para o Continente e dois para as Regiões Autónomas), um Programa para o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (Programa Operacional MAR 2020) e ainda um Programa Operacional de Assistência Técnica.

A dotação do PORTUGAL 2020 para o período de programação 2014-2020 é de 25,8 mil milhões de euros, destinada a estimular o crescimento e a criação de emprego. Esta dotação corresponde ao conjunto dos fundos que são atribuídos no âmbito dos 16 Programas Operacionais (temáticos e regionais). No caso dos promotores da Região Centro, estes poderão beneficiar da dotação global do Programa Operacional Regional CENTRO 2020 (2.155 milhões de euros) e ainda de concursos abertos no âmbito dos quatro Programas Operacionais Temáticos, do Programa de Desenvolvimento Rural para o Continente e do Programa Operacional MAR 2020.

PORTUGAL 2020 NA REGIÃO CENTRO

6,1 mil milhões de euros

de fundos europeus aprovados para a Região Centro até 31 de março de 2020 e

69,8%

é a taxa de realização de fundo europeu aprovado no Programa Operacional Capital Humano na Região Centro

²⁴ Em março de 2020, apenas 2,2% do total de fundos europeus aprovados no PORTUGAL 2020 não se encontravam distribuídos em termos de NUTS II, tratando-se de operações com investimento em mais do que uma região.

A territorialização dos fundos europeus aprovados tem por base a localização das operações.

Note-se ainda que, desde janeiro de 2020, deixaram de ser considerados os montantes de fundo aprovado referentes às operações com os estados "anulada" e "cindida/revogada".

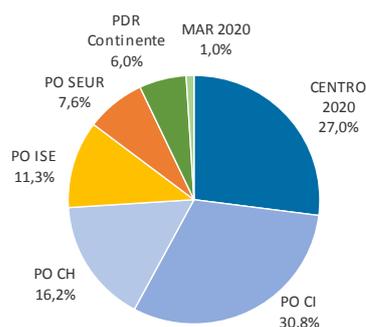
No PORTUGAL 2020, no final do primeiro trimestre de 2020, estavam aprovados 6,1 mil milhões de euros de fundos europeus para apoiar 9,3 mil milhões de euros de investimentos na Região Centro. O COMPETE 2020 mantinha-se como o programa operacional com mais relevância na região e o FEDER o fundo que cofinanciou a maioria dos montantes aprovados.

A 31 de março de 2020, encontravam-se aprovados 6,1 mil milhões de euros de fundos europeus para aplicação na Região Centro, oriundos dos vários Programas Operacionais do PORTUGAL 2020, correspondendo a um volume de investimento elegível de 9,3 mil milhões de euros²⁴. Estes apoios absorvidos pela Região Centro correspondiam a 25,5% do total de fundos europeus aprovados no PORTUGAL 2020. Face ao trimestre anterior, ocorreu um aumento de 79,1 milhões de euros nos apoios à região.

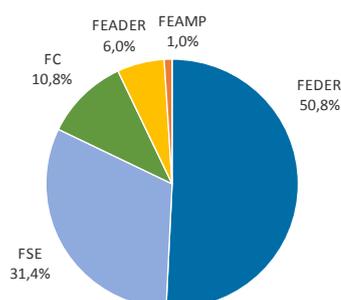
O COMPETE 2020 (Programa Operacional Competitividade e Internacionalização – PO CI) era o programa operacional com mais relevância na região, sendo responsável por 30,8% dos apoios captados. Juntamente com o CENTRO 2020 (Programa Operacional Regional) e o PO CH (Programa Operacional Capital Humano) mobilizaram para a região 74,0% dos montantes aprovados, correspondendo a 4,5 mil milhões de euros de fundos europeus. O MAR 2020 era o programa operacional menos relevante (1,0%), com apenas 61,1 milhões de euros aprovados para a Região Centro.

A maioria das aprovações na região teve cofinanciamento FEDER, cujo volume de apoio ascendia a 3,1 mil milhões de euros (50,8%). Seguia-se o FSE, com 31,4% do total de fundos europeus aprovados, correspondendo a 1,9 mil milhões de euros. O Fundo de Coesão representava 10,8% dos fundos europeus aprovados (657,2 milhões de euros, mobilizados pelo PO CI e pelo PO SEUR). O FEAMP (que cofinancia unicamente projetos aprovados no âmbito do programa MAR 2020) tinha pouca expressão na região.

Fundo europeu aprovado no PORTUGAL 2020, na Região Centro (31 de março de 2020)
Por Programa Operacional



Por Fundo Financiador



PO CI – Programa Operacional Competitividade e Internacionalização
PO CH – Programa Operacional Capital Humano
PO ISE – Programa Operacional Inclusão Social e Emprego
PO SEUR – Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos
PDR – Programa de Desenvolvimento Rural
MAR 2020 – Programa para o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas

FEDER – Fundo Europeu do Desenvolvimento Regional
FSE – Fundo Social Europeu
FC – Fundo de Coesão
FEADER - Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural
FEAMP - Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e da Pesca

Programas Operacionais Temáticos do PORTUGAL 2020 no Centro

Até ao final de março de 2020, estavam aprovados 4,5 mil milhões de euros de fundos europeus para a Região Centro, no âmbito dos vários Programas Operacionais temáticos do PORTUGAL 2020 – PO CI, PO CH, PO ISE, PO SEUR – e do PDR e MAR 2020, envolvendo os cinco Fundos Estruturais e de Investimento Europeus – FEDER, FSE, FC, FEADER e FEAMP. Este volume de apoio correspondia a um total de investimento/despesa elegível na região de 6,7 mil milhões de euros.

Quadro 13 - Aprovações e Execução Financeira nos Programas Operacionais Temáticos do PORTUGAL 2020 na Região Centro (31 de março de 2020)	Aprovações		Execução Financeira			
	Despesa elegível	Fundo europeu	Despesa elegível	Fundo europeu	Pagamentos	Taxa de realização de fundo*
	Milhares de euros		Milhares de euros			%
Total - Centro	6.697.765	4.458.369	x	x	x	x
Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (PO CI)	3.324.510	1.882.035	1.509.826	830.832	937.490	44,1
Programa Operacional Capital Humano (PO CH)	1.161.430	987.216	810.787	689.169	729.059	69,8
Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (PO ISE)	806.614	692.760	395.900	341.728	388.757	49,3
Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos (PO SEUR)	580.629	465.656	231.565	196.599	193.019	42,2
Programa de Desenvolvimento Rural do Continente (PDR)	685.448	369.569	x	x	x	x
Programa para o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (MAR 2020)	139.133	61.133	55.955	22.923	29.171	37,5

x - valor não disponível
* - fundo executado / fundo aprovado x 100

No **Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (PO CI) – COMPETE 2020**, orientado para a melhoria da competitividade através do conhecimento e da inovação e para a promoção da internacionalização da economia portuguesa, até 31 de março de 2020, estavam aprovados 3,3 mil milhões de euros de investimento elegível na Região Centro, a que correspondia uma comparticipação de fundos europeus de 1,9 mil milhões de euros. Os fundos executados ascendiam a 830,8 milhões de euros, resultando numa taxa de realização deste programa operacional na região de 44,1%. Relativamente ao trimestre anterior, registou-se um acréscimo de fundos aprovados de 35,6 milhões de euros e de fundos executados de 53,3 milhões de euros, que se refletiu num aumento de 2,0 pontos percentuais na taxa de realização. Os pagamentos aos beneficiários das operações financiadas totalizavam 937,5 milhões de euros, representando 49,8% do volume de fundos aprovados neste programa operacional para a região (taxa de pagamento).

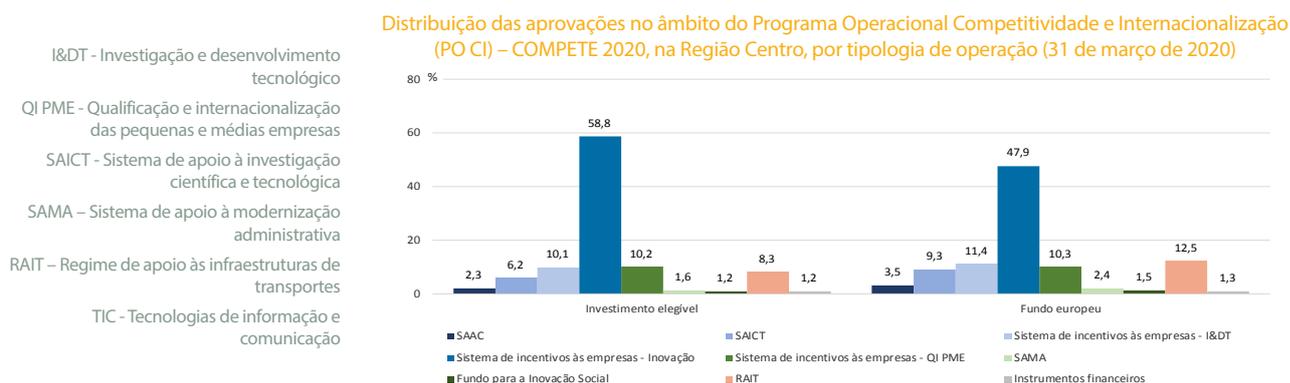
O sistema de incentivos às empresas, no seu conjunto, absorvia uma parcela muito significativa dos fundos europeus aprovados no COMPETE 2020 na região (69,6%). Neste instrumento de apoio às empresas prevaleciam os incentivos à inovação empresarial (que totalizavam 901,4 milhões de euros de fundos aprovados), bastante distanciados dos incentivos à investigação e desenvolvimento tecnológico e à qualificação das pequenas e médias empresas (PME) (214,0 e 194,1 milhões de euros de fundos aprovados, respetivamente). O sistema de apoio à investigação científica e tecnológica (SAICT) concentrava 9,3% dos fundos europeus aprovados e o sistema de apoio a ações coletivas (SAAC) 3,5%.

O regime de apoio às infraestruturas de transportes (RAIT) absorvia 12,5% do incentivo aprovado, correspondendo a 235,1 milhões de euros de fundos europeus. Deste valor, 191,6 milhões de euros eram oriundos do Fundo de Coesão e respeitavam a intervenções na Região Centro em ferrovia e portos pertencentes a redes transeuropeias de transportes, designadamente na Linha do Norte (123,2 milhões de euros para modernização dos troços Alfarelos-Pampilhosa, Ovar-Gaia e Santana-Cartaxo-Entroncamento), na Linha da Beira Baixa (60,6 milhões de euros para modernização do troço Castelo Branco/Covilhã/Guarda) e no

Porto de Aveiro (7,8 milhões de euros). Os restantes 43,5 milhões de euros provinham de FEDER, sendo referentes a investimentos na ferrovia não integrada em redes transeuropeias, mais concretamente em operações de modernização do troço Meleças - Caldas da Rainha, na Linha do Oeste.

O sistema de apoio à modernização administrativa (SAMA) correspondia a 2,4% dos fundos europeus aprovados, tratando-se de ações de promoção das TIC na administração e serviços públicos, de ações de capacitação e modernização dos serviços públicos e de formação dos trabalhadores em funções públicas. De destacar, por exemplo, o Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, E.P.E., com 3,4 milhões de euros de incentivo aprovado para transformação digital e modernização dos sistemas de informação e tecnologias de informação e comunicação nesta entidade, ou a Universidade de Coimbra, com um montante de 2,6 milhões de euros de fundo aprovado para modernização administrativa, soluções de reengenharia, simplificação e desmaterialização de processos.

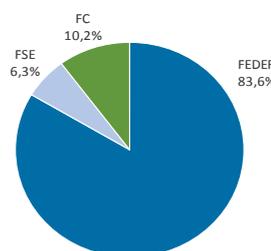
De referir ainda o Fundo para a Inovação Social²⁵, com um montante de 28,0 milhões de euros de FSE aprovado para a Região Centro (1,5%). Trata-se de um instrumento financeiro destinado a fomentar o investimento social e a facilitar o acesso a financiamento por parte de organizações sociais e PME que pretendam desenvolver projetos de inovação e empreendedorismo social. Outro instrumento financeiro com incidência na região é o Fundo de Fundos para a Gestão de Instrumentos Financeiros de Capital e Quase-Capital, instrumento vocacionado para a capitalização de PME que promovam o empreendedorismo qualificado e criativo, com um FEDER aprovado, na Região Centro, de 24,0 milhões de euros (1,3%).



A grande maioria dos fundos europeus aprovados pelo COMPETE 2020 para projetos na região teve cofinanciamento FEDER (83,6%), existindo também participações pelo Fundo de Coesão (10,2%), correspondendo ao já referido regime de apoio às infraestruturas de transportes, e pelo FSE (6,3%). No caso do FSE, trata-se do cofinanciamento de formação de empresários e trabalhadores de empresas, integrada em candidaturas ao sistema de incentivos às empresas (inovação e QI PME), de formação-ação para PME no âmbito do sistema de incentivos à QI PME, do cofinanciamento de formação de trabalhadores da Administração Pública integrada em candidaturas ao SAMA, do Fundo para a Inovação Social e do cofinanciamento da medida “StartUP Voucher”, que visa promover o desenvolvimento de projetos empresariais de jovens, que se encontrem em fase de ideia, facultando um conjunto de ferramentas técnicas e financeiras que viabilizem a consequente criação de novas empresas, integrada no SAAC. De salientar que, neste trimestre, a quase totalidade do acréscimo de fundo europeu aprovado foi financiado por FEDER, cujo aumento foi de 35,3 milhões de euros (correspondendo a 99,0% do total).

²⁵ Em termos programáticos, o Fundo para a Inovação Social tinha sido integrado no PO ISE mas, com a reprogramação do PORTUGAL 2020 (em dezembro de 2018), foi transferido para o COMPETE 2020.

Distribuição do fundo europeu aprovado no âmbito do Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (PO CI) – COMPETE 2020, na Região Centro, por fundo financiador (31 de março de 2020)



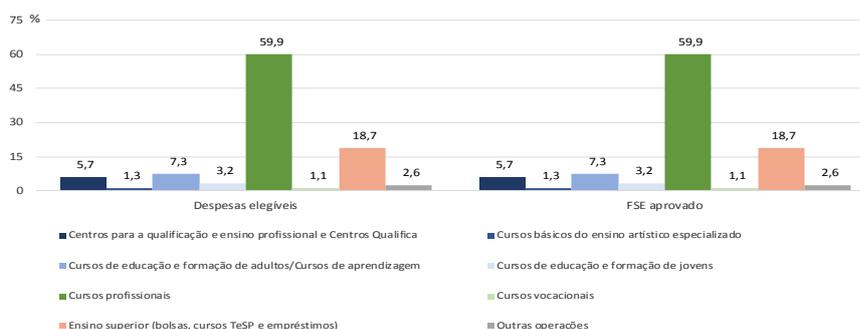
No **Programa Operacional Capital Humano** (PO CH), que visa uma melhor educação e a qualificação das pessoas, fator determinante no desenvolvimento e na competitividade das regiões, até 31 de março de 2020, na Região Centro, estavam aprovados 987,2 milhões de euros de FSE, correspondendo a um total de despesa elegível de 1,2 mil milhões de euros. O fundo executado ascendia a 689,2 milhões de euros, traduzindo-se numa taxa de realização deste programa operacional na região de 69,8% (a mais elevada de entre os vários programas operacionais). Neste trimestre registou-se um acréscimo de 21,9 milhões de euros no fundo executado, tendo os apoios aprovados aumentado apenas 16,0 milhões de euros. Como repercussão, a taxa de realização subiu 1,1 pontos percentuais. No final do primeiro trimestre de 2020, os pagamentos aos beneficiários ascendiam a 729,1 milhões de euros, o que representava 73,9% do volume de fundos aprovados (a taxa de pagamento mais elevada dos vários programas operacionais).

Do apoio aprovado, 59,9% destinavam-se a cofinanciar cursos profissionais (correspondendo a 591,4 milhões de euros de FSE), visando a melhoria da pertinência do ensino e da formação ministrada para o mercado de trabalho, facilitando a transição da educação para o trabalho. Os apoios destinados a reforçar a formação superior e avançada concentravam 18,7% do fundo europeu aprovado, traduzindo-se, sobretudo, em bolsas de estudo para alunos carenciados, mas também em bolsas de doutoramento e pós-doutoramento, apoio a cursos técnicos superiores profissionais (TeSP) e financiamento de uma linha de crédito para estudantes do ensino superior²⁶.

Das restantes ações, destacavam-se ainda os cursos de educação e formação de adultos/sistema de aprendizagem (7,3%), que visam a atualização do conhecimento, das qualificações e das competências dos trabalhadores adultos, e os apoios aos Centros para a Qualificação e Ensino Profissional e Centros Qualifica (5,7%), direcionados a jovens e adultos que procuram desenvolver ou certificar as suas competências.

²⁶ Após a reprogramação do PORTUGAL 2020, os cursos TeSP, os programas de doutoramento e as bolsas de pós-doutoramento, bem como as bolsas de ensino superior para alunos carenciados, deixam de ser elegíveis no PO CH, mantendo-se neste programa operacional apenas o apoio aos empréstimos reembolsáveis a alunos do ensino superior. Nos dois primeiros casos, os apoios passam a ser assegurados pelo PO regional, enquanto as bolsas para apoio à frequência do ensino superior por alunos carenciados passam a ser apoiados pelo PO ISE.

Distribuição das aprovações no âmbito do Programa Operacional Capital Humano (PO CH), na Região Centro, por tipologia de operação (31 de março de 2020)



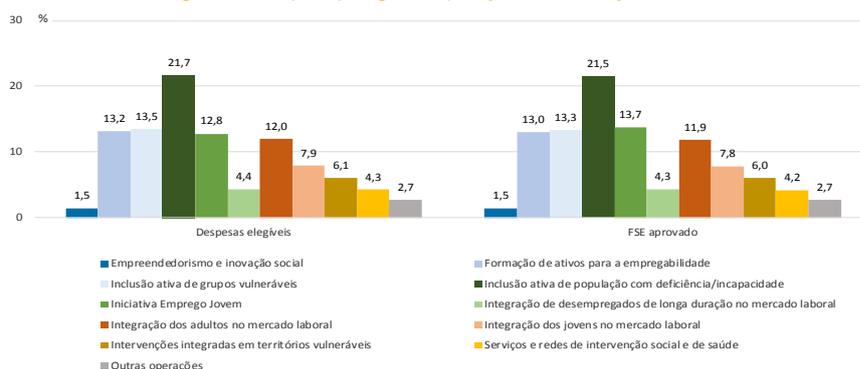
No **Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (PO ISE)**, que pretende promover uma economia baseada em elevadas taxas de emprego, na melhoria das qualificações e na luta contra a pobreza e exclusão social, no final do primeiro trimestre de 2020, estavam aprovados, na Região Centro, 806,6 milhões de euros de despesa elegível e 692,8 milhões de euros de FSE. O fundo validado totalizava 341,7 milhões de euros, perfazendo uma taxa de realização do PO ISE na região de 49,3%. Neste trimestre, o fundo aprovado aumentou 23,9 milhões de euros e o fundo executado 26,7 milhões de euros, o que implicou um aumento na taxa de realização em 2,2 pontos percentuais. Os pagamentos aos beneficiários das operações do PO ISE totalizavam 388,8 milhões de euros, traduzindo uma taxa de pagamento de 56,1%. A inclusão ativa de pessoas com deficiência ou incapacidade absorvia 21,5% do FSE aprovado (148,8 milhões de euros), tratando-se de emprego apoiado e de cursos/ações que possibilitam a aquisição e o desenvolvimento de competências e qualificações profissionais, tendo em vista potenciar a empregabilidade das pessoas com deficiência e incapacidade, orientadas para o exercício de uma atividade no mercado de trabalho.

Outra parte relevante do fundo aprovado (13,7%, correspondendo a 95,0 milhões de euros) respeitava a projetos da Iniciativa Emprego Jovem (IEJ), correspondendo sobretudo a estágios em empresas, na administração pública e em contexto internacional, apoios à contratação e ações de qualificação/educação, que visam a integração sustentável no mercado laboral dos jovens que não trabalham, não estudam, nem se encontram em formação (incluindo jovens em risco de exclusão social e de comunidades marginalizadas). A IEJ apoia assim a concretização da Garantia para a Juventude, segundo a qual os países da União Europeia devem tomar medidas para assegurar que, no prazo de quatro meses após ficarem desempregados ou saírem do sistema de ensino, todos os jovens com menos de 25 anos possam beneficiar de uma oferta de emprego adequada, continuem a estudar ou façam um estágio ou uma formação em regime de aprendizagem.

A inclusão de grupos vulneráveis concentrava 13,3% do FSE aprovado (92,3 milhões de euros), tratando-se sobretudo de bolsas de estudo para alunos carenciados²⁷, que visam melhorar as possibilidades de acesso dos estudantes socialmente desfavorecidos ao ensino superior (76,4 milhões de euros), mas também de ações de capacitação para a inclusão que apostam, fundamentalmente, no desenvolvimento de competências pessoais, sociais e profissionais de grupos potencialmente vulneráveis (15,9 milhões de euros de FSE). De referir ainda, a formação de ativos para a empregabilidade (formação modular para empregados e desempregados), que representava 13,0% do FSE aprovado, a integração de adultos no mercado laboral (11,9%) e a integração de jovens fora do âmbito da Iniciativa Emprego Jovem no mercado de trabalho (7,8%), traduzindo-se estas duas últimas tipologias em estágios e apoios à contratação que visam estimular a criação líquida de emprego.

De salientar, neste trimestre, o acréscimo de 19,7 milhões de euros na tipologia “intervenções integradas em territórios vulneráveis” (perfazendo 41,9 milhões de euros, que correspondem a 6,0% do FSE aprovado), correspondendo ao financiamento dos contratos locais de desenvolvimento social de 4.ª geração. Estes programas visam promover a inclusão social de grupos populacionais que revelem maiores fragilidades sociais num determinado território, mobilizando, de forma integrada, diversos agentes e recursos localmente disponíveis, constituindo-se como um instrumento de combate à exclusão social fortemente marcado por uma intervenção de proximidade realizada em parceria.

Distribuição das aprovações no âmbito do Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (PO ISE), na Região Centro, por tipologia de operação (31 de março de 2020)



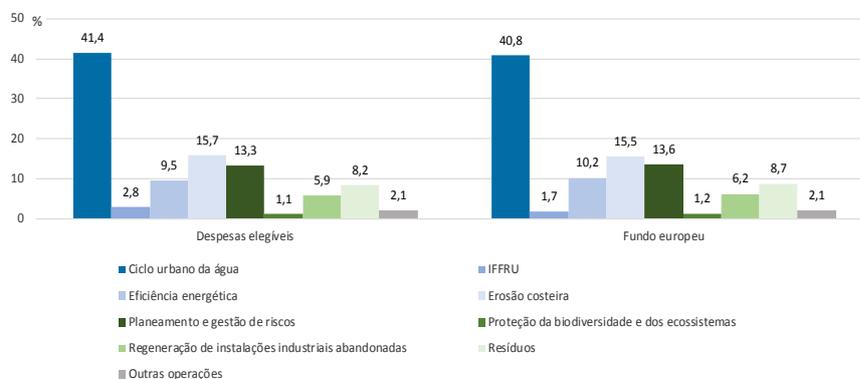
²⁷ Como já referido anteriormente, com a reprogramação do PORTUGAL 2020, as bolsas de ensino superior para alunos carenciados passaram a ser apoiadas por este programa operacional e deixaram de ser elegíveis no PO CH.

No **Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos (PO SEUR)**, que pretende responder aos desafios de transição para uma economia de baixo carbono, assente numa utilização mais eficiente de recursos e na promoção de maior resiliência face aos riscos climáticos e às catástrofes, até 31 de março de 2020, estavam aprovados, na Região Centro, 580,6 milhões de euros de despesa elegível e 465,7 milhões de euros de fundo de coesão. A taxa de realização deste programa operacional na Região Centro era de 42,2%, com o fundo validado a ascender a 196,6 milhões de euros. Neste trimestre, os fundos aprovados aumentaram apenas 9,4 milhões de euros e os fundos executados 12,3 milhões de euros, o que permitiu um acréscimo de 1,8 pontos percentuais na taxa de realização. Os pagamentos aos beneficiários de apoios do POSEUR na região ascendiam a 193,0 milhões de euros, representando 41,5% dos fundos aprovados.

O ciclo urbano da água absorvia 40,8% do fundo europeu aprovado (189,8 milhões de euros) respeitando, na sua maioria, a projetos para a concretização e remodelação de estações de tratamento de águas residuais, elaboração de cadastros das infraestruturas em baixa de abastecimento de água e investimentos em drenagem e execução de redes de saneamento de águas residuais.

Os projetos de prevenção da erosão costeira (um tipo de risco específico que afeta o nosso território) absorviam 15,5% do fundo aprovado, totalizando 72,0 milhões de euros. Destacavam-se, pelos elevados apoios, as operações de transposição de sedimentos para otimização do equilíbrio hidrodinâmico na Região de Aveiro (17,6 milhões de euros), de desassoreamento da zona superior da lagoa de Óbidos (13,6 milhões de euros), de alimentação artificial da praia no troço costeiro a sul da Figueira da Foz, Cova Gala - Costa de Lavos (13,5 milhões de euros) e de alimentação artificial do troço costeiro da Costa Nova - Vagueira com areias provenientes do Porto de Aveiro (4,3 milhões de euros).

Distribuição das aprovações no âmbito do Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos (PO SEUR), na Região Centro, por categoria de intervenção (31 de março de 2020)



As operações relacionadas com planeamento e gestão de riscos totalizavam 63,4 milhões de euros, representando 13,6% do incentivo aprovado. Tratam-se de abordagens direcionadas para a prevenção de riscos específicos como cheias/inundações e incêndios florestais, mas também de instrumentos de previsão, planeamento, monitorização e gestão para assegurar a resiliência do sistema de proteção civil face à diversidade de riscos. Nesta tipologia destacavam-se, pelos montantes de fundo europeu aprovado, as operações de desassoreamento do rio Mondego e estabilização da margem direita do Rio Mondego entre a Ponte Santa Clara e o Açude - Ponte de Coimbra, no município de Coimbra (10,2 milhões de euros), a regularização do rio Arunca (5,7 milhões de euros), as intervenções no aproveitamento hidráulico do rio Mondego (4,1 milhões de euros) e os investimentos em infraestruturas hidráulicas do sistema de defesa contra cheias e marés no Baixo Vouga Lagunar (4,0 milhões de euros).

As ações de eficiência energética representavam 10,2% do fundo aprovado, abrangendo habitações (0,1%), transportes (2,1%) e sobretudo infraestruturas públicas (8,0%), destacando-se, pela relevância dos valores, a implementação de medidas de eficiência

energética em edifícios com consumos relevantes de energia, como os centros hospitalares Tondela-Viseu, do Médio Tejo, de Coimbra e do Baixo Vouga, os institutos politécnicos de Viseu, de Tomar e da Guarda, o Instituto Português de Oncologia de Coimbra, a unidade local de saúde de Castelo Branco, a universidade da Beira Interior, o centro de medicina de reabilitação Rovisco Pais, o hospital distrital da Figueira da Foz, entre outros.

De destacar ainda os 8,7% de fundo europeu aprovado para a valorização de resíduos, onde se evidencia o incentivo de 16,0 milhões de euros atribuído à unidade de tratamento integrado de resíduos sólidos da Associação de Municípios do Planalto Beirão²⁸, para incremento da qualidade e da quantidade da reciclagem dos três fluxos multimateriais, e o apoio de 6,3 milhões de euros para implementação de uma linha de preparação de combustível derivado de resíduos dessa mesma unidade.

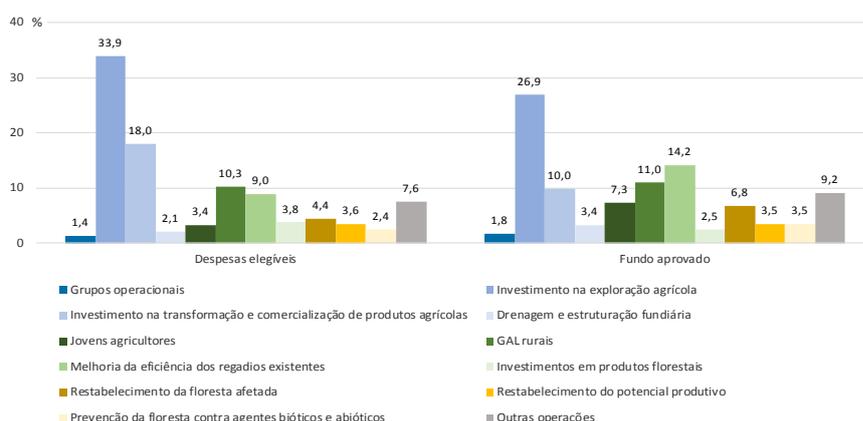
No âmbito do **Programa de Desenvolvimento Rural (PDR)**, destinado ao desenvolvimento agrícola e rural, até 31 de março de 2020, na Região Centro, estavam aprovados 685,4 milhões de euros de despesa elegível e 369,6 milhões de euros de FEADER.

Para este nível de compromisso, contribuíram os projetos aprovados na ação “investimento na exploração agrícola”, totalizando 99,5 milhões de euros de FEADER (26,9% dos apoios aprovados), que pretende reforçar a viabilidade e a competitividade das explorações agrícolas e preservar e garantir a sua sustentabilidade ambiental.

Os investimentos na transformação e comercialização de produtos agrícolas, que visam potenciar a criação de valor na estrutura agroindustrial e a internacionalização do setor, concentravam 10,0% do fundo aprovado²⁹ e as operações de melhoria da eficiência dos regadios existentes absorveram 14,2% do fundo europeu. Nesta última tipologia, destacavam-se pelos elevados montantes de apoio, a modernização do regadio do vale do Pranto, integrado no regadio do Baixo Mondego, abrangendo os municípios de Soure, Pombal e Figueira da Foz (21,2 milhões de euros), o aproveitamento hidroagrícola da Cela, em Alcobça (8,6 milhões de euros de fundo aprovado), o aproveitamento hidroagrícola do Vale do Lis no bloco de rega das Salgadas, em Leiria (7,5 milhões de euros) e no bloco do Boco, na Marinha Grande (4,7 milhões de euros) e a reabilitação da barragem do Lapão, em Mortágua (4,3 milhões de euros de apoio aprovado).

De destacar ainda a área do desenvolvimento local, responsável por 11,0% do FEADER aprovado, operacionalizado pelos 24 Grupos de Ação Local (GAL) rurais da Região Centro, que têm a responsabilidade de implementar as respetivas Estratégias de Desenvolvimento Local (EDL). Estas estratégias visam o desenvolvimento, diversificação e competitividade da economia e a melhoria das condições de vida destes territórios de base rural. Dos 40,5 milhões de euros de fundo europeu aprovados nesta área do desenvolvimento local, 18,6 milhões de euros destinaram-se à qualificação dos GAL rurais para que possam desempenhar as suas funções relativas à implementação, gestão, acompanhamento e animação das EDL. Os restantes 21,9 milhões de euros correspondem à aprovação de operações para a concretização das referidas estratégias³⁰.

Distribuição das aprovações no âmbito do Programa de Desenvolvimento Rural (PDR), na Região Centro, por tipologia de operação (31 de março de 2020)



²⁸ A Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão é uma associação constituída por dezanove municípios (Aguaiar da Beira, Carregal do Sal, Castro de Aire, Gouveia, Mangualde, Mortágua, Nelas, Oliveira de Frades, Oliveira do Hospital, Oliveira do Hospital, Penalva do Castelo, Santa Comba Dão, São Pedro do Sul, Sátão, Seia, Tábua, Tondela, Vila Nova de Paiva, Viseu e Vouzela), que criou um sistema intermunicipal integrado de gestão de resíduos sólidos urbanos, que permite encontrar soluções de valorização e tratamento dos mesmos, com vista à proteção do ambiente e à preservação da beleza da região.

²⁹ Trata-se de um elevado número de pequenos projetos de investimento para aquisição de equipamentos, mecanização das atividades agrícolas, plantação de árvores de fruto e espécies hortícolas, instalação de novas explorações (agrícolas e pecuárias), construção de pavilhões e estufas, entre outros.

³⁰ Estas operações foram aprovadas nas tipologias “regime simplificado de pequenos investimentos nas explorações agrícolas”, “pequenos investimentos na transformação e comercialização”, “diversificação de atividades na exploração”, “cadeias curtas e mercados locais”, “renovação de aldeias” e “promoção de produtos de qualidade locais”.

Finalmente, no que se refere ao **Programa Operacional MAR 2020**, que visa apoiar as pescas, até 31 de março de 2020, na Região Centro, tinham sido aprovados 139,1 milhões de euros de despesa elegível e 61,1 milhões de euros de FEAMP. A taxa de realização deste programa operacional na região era de 37,5%, ascendendo o fundo validado a 22,9 milhões de euros. Neste trimestre, assistiu-se ao aumento de apenas 448 mil euros no fundo aprovado e de 2,2 milhões de euros na execução, o que se traduziu num aumento de 3,3 pontos percentuais na taxa de realização. Os pagamentos aos beneficiários do MAR2020 na região ascendiam a 29,2 milhões de euros, representando 47,7% dos fundos aprovados (taxa de pagamento).

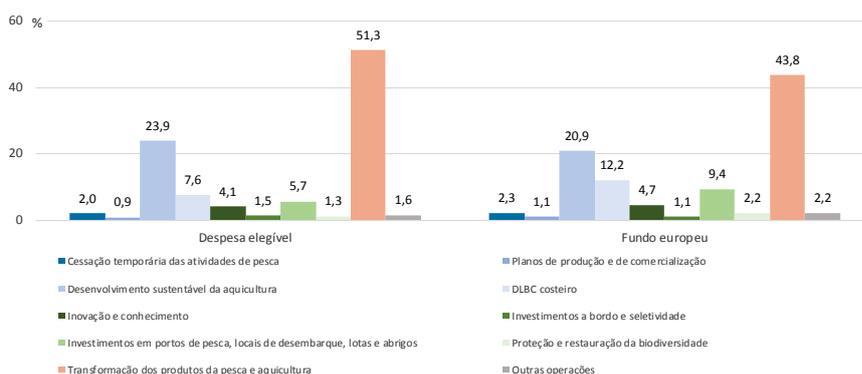
No final do primeiro trimestre de 2020, os apoios à transformação dos produtos da pesca e da aquicultura absorviam 43,8% do fundo aprovado, correspondendo a 26,8 milhões de euros. De destacar, nesta medida, o investimento empresarial numa nova unidade de comercialização de pescado fresco e congelado, na Nazaré, com uma despesa elegível de 13,0 milhões de euros e uma comparticipação financeira de FEAMP que ascenderá aos 4,9 milhões de euros. Ainda de referir, pela sua relevância, os apoios europeus a uma conserveira em Peniche, no valor de 3,6 milhões de euros, e a uma empresa de transformação e comercialização sobretudo de pescado congelado, na Figueira da Foz, no valor de 2,4 milhões de euros.

Os projetos de desenvolvimento sustentável da aquicultura eram responsáveis por 20,9% do fundo europeu aprovado, sendo de destacar um projeto empresarial para ampliação das instalações de produção de pregado em aquicultura, na Praia da Tocha, envolvendo 2,2 milhões de euros de fundo aprovado, dois projetos empresariais, em Mira, referentes a uma maternidade de peixes marinhos e a uma unidade de engorda de linguado, cada um com 1,5 milhões de euros de FEAMP aprovado e um projeto da Universidade de Aveiro referente à instalação, em Ílhavo, de uma estação piloto para teste de novos sistemas de aquicultura sustentável, com um fundo de 1,0 milhões de euros.

De referir também o fundo europeu aprovado para o desenvolvimento local costeiro, no valor de 7,5 milhões de euros (12,2%). Deste montante, 2,2 milhões de euros destinaram-se à operacionalização das parcerias de desenvolvimento local costeiro que, na Região Centro, se encontram organizadas em cinco grupos de ação local (GAL) costeiros: GAL Região de Aveiro, GAL Mondego Mar, GAL ADAE MAR, GAL Oeste e GAL ecoMar, visando aumentar o emprego e a coesão territorial nas comunidades costeiras e interiores dependentes da pesca e da aquicultura, no âmbito das estratégias de Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC). Os restantes 5,3 milhões de euros de FEAMP correspondiam a operações aprovadas para a concretização dessas estratégias, nos municípios de Aveiro, Caldas da Rainha, Cantanhede, Figueira da Foz, Ílhavo, Lourinhã, Marinha Grande, Mira, Murtosa, Nazaré, Peniche, Torres Vedras e Vagos.

Destacavam-se ainda os investimentos em portos de pesca, locais de desembarque, lotas e abrigos com 9,4% do FEAMP aprovado, onde se evidenciava o investimento no prolongamento do quebra mar interior do porto de Peniche, com um fundo aprovado de 1,4 milhões de euros.

Distribuição das aprovações no âmbito do Programa Operacional MAR 2020, na Região Centro, por medida (31 de março de 2020)



CENTRO 2020

A 31 de março de 2020, 107,8% da dotação do **Programa Operacional Regional – CENTRO 2020** tinha já sido colocada a concurso nos 328 avisos de concurso abertos, tendo sido apresentadas 16.506 candidaturas, com intenções de investimento na região de 6,2 mil milhões de euros. Relembre-se que a dotação global do CENTRO 2020 corresponde a 2,155 mil milhões de euros de fundos europeus. O facto da dotação a concurso ser superior à dotação do programa resulta de uma gestão antecipada por parte da autoridade de gestão, uma vez que se prevê que possa haver descomprometimento de fundos europeus não utilizados em algumas operações e/ou que alguns projetos sejam encerrados com níveis de execução financeira inferiores aos aprovados, podendo libertar fundos para novas aprovações. Esta situação é habitual com a aproximação do final dos ciclos de programação, sendo uma prática de gestão que tem como objetivo utilizar a totalidade dos recursos disponíveis.

No final do primeiro trimestre de 2020 tinham sido aprovadas 7.269 operações no CENTRO 2020, que previam um investimento elegível na região de 2,6 mil milhões de euros e uma comparticipação financeira de 1,7 mil milhões de euros de fundos europeus. O acréscimo de fundos aprovados neste trimestre foi de apenas 14,2 milhões de euros. Em termos médios, cada projeto aprovado no Programa Operacional Regional envolvia um investimento total de 418 mil euros e um apoio europeu de 227 mil euros.

Quadro 14 - Monitorização do CENTRO 2020: concursos, candidaturas apresentadas e aprovações (valores acumulados)		março 2020	dezembro 2019	setembro 2019	junho 2019	março 2019
Concursos						
Total	número	328	312	307	291	285
Fundo comunitário	milhões €	2.323,7	2.246,8	2.132,9	1.984,1	1.963,6
	% da dotação de fundo	107,8	104,3	99,0	92,1	91,1
Em aberto	número	30	18	35	24	28
Fundo comunitário	milhões €	138,2	91,8	219,3	161,4	202,7
Encerrados	número	298	294	272	267	257
Fundo comunitário	milhões €	2.185,5	2.155,0	1.913,6	1.822,7	1.760,9
Candidaturas apresentadas						
Total	número	16.506	16.346	16.049	15.891	15.634
Investimento total previsto	milhões €	6.246,9	6.088,3	5.930,6	5.829,5	5.649,2
Operações aprovadas						
Total	número	7.269	7.392	7.045	6.319	5.164
Investimento total	milhões €	3.037,8	3.050,4	2.911,2	2.539,7	2.327,0
Investimento elegível	milhões €	2.568,8	2.565,1	2.450,8	2.149,6	1.963,2
Fundo comunitário	milhões €	1.652,2	1.638,0	1.548,8	1.404,7	1.303,2

A partir de janeiro de 2020 deixaram de ser considerados os montantes de fundo europeu aprovado nas operações com os estados "anulada" e "rescindida/revogada".

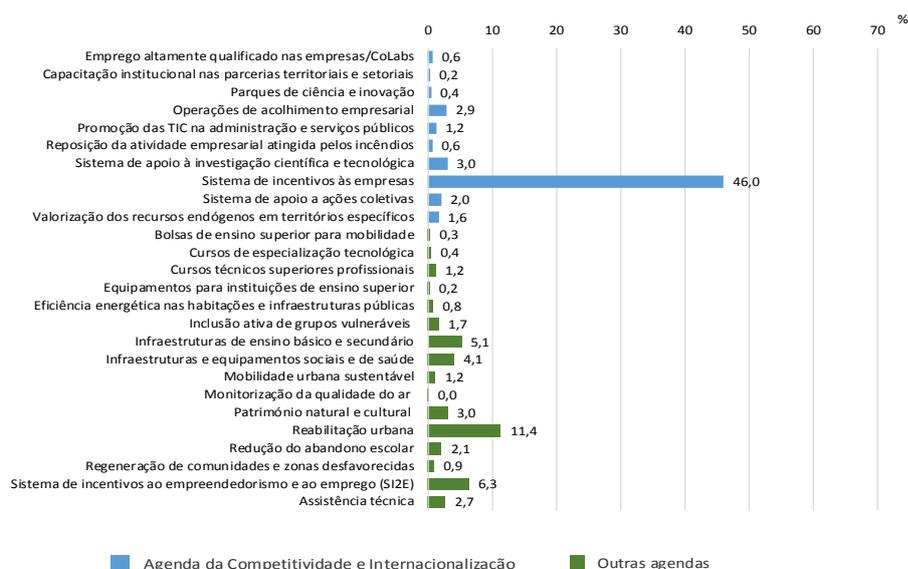
O domínio da competitividade e internacionalização absorvia 58,6% dos fundos europeus aprovados no CENTRO 2020, traduzindo-se em 3.666 operações aprovadas (50,4% do total), 2,0 mil milhões de euros de intenções de investimento e 967,9 milhões de euros de incentivos.

A quase totalidade destas aprovações respeitava ao sistema de incentivos às empresas, com 3.231 operações aprovadas e 760,1 milhões de euros de incentivo atribuído, correspondendo a 46,0% do fundo europeu total aprovado.

O sistema de apoio à investigação científica e tecnológica absorvia 3,0% dos fundos aprovados, traduzindo-se em incentivos para reforçar e consolidar áreas científicas em domínios estratégicos, para capacitar as infraestruturas de investigação inseridas no Roteiro Nacional de Infraestruturas de Investigação de Interesse Estratégico, para apoiar o patenteamento e o licenciamento de propriedade industrial e para a internacionalização da investigação e desenvolvimento, designadamente através da participação noutros programas financiados pela União Europeia.

Ainda neste domínio da competitividade destacavam-se as operações de acolhimento empresarial, com 2,9% do fundo europeu total aprovado, tratando-se de projetos ligados à criação e expansão de áreas qualificadas para a atração de empresas e de investimentos e de apoios à localização de empresas, e o sistema de apoio a ações coletivas, absorvendo 2,0% do fundo aprovado, instrumento de apoio indireto às empresas, complementar a montante e a jusante do sistema de incentivos às empresas, visando potenciar os seus resultados e a criação/melhoria das condições envolventes, com particular enfoque nos fatores imateriais de competitividade de natureza coletiva. Neste trimestre, o fundo europeu aprovado neste instrumento conheceu um aumento de 15,8 milhões de euros, perfazendo um total de 33,3 milhões de euros.

Distribuição do fundo europeu atribuído às operações aprovadas no âmbito do Programa Operacional CENTRO 2020, por tipologia de operação (31 de março de 2020)



Fora da agenda da competitividade e internacionalização (totalizando 684,3 milhões de euros de fundos aprovados), destacavam-se os apoios à reabilitação urbana (11,4%), a infraestruturas escolares de ensino básico e secundário (5,1%), a infraestruturas e equipamentos sociais e de saúde (4,1%), ao património natural e cultural (3,0%), à redução do abandono escolar (2,1%) e à inclusão ativa de grupos vulneráveis (1,7%), traduzindo-se, estes últimos, em apoios à realização de trabalho socialmente necessário por parte de desempregados ou beneficiários do rendimento social de inserção. De salientar que, dos 187,8 milhões de euros de fundos aprovados para operações de reabilitação urbana, 16,0 milhões de euros estavam afetos ao Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbanas (IFRRU 2020), que disponibiliza produtos financeiros (com condições mais vantajosas face às praticadas no mercado) vocacionados especificamente para apoiar a reabilitação urbana de edifícios (destinados à habitação ou a outras atividades), incluindo as soluções integradas de eficiência energética mais adequadas no âmbito dessa reabilitação.

De referir ainda o sistema de incentivos ao empreendedorismo e ao emprego (SI2E), que pretende estimular o surgimento de iniciativas empresariais e a criação de emprego, especialmente em territórios de baixa densidade (atribuindo majorações específicas a investimentos neles realizados), no qual, até 31 de março de 2020, estavam aprovados 104,7 milhões euros de fundos europeus (6,3%) correspondendo a 2.682 operações aprovadas neste instrumento e a 225,2 milhões de euros de intenções de investimento. Note-se que, para operacionalizar este tipo de apoios, foi contratualizada, na Região Centro, com as CIM e os GAL, uma dotação de fundos europeus de 131,3 milhões de euros (incluindo já o reforço na dotação das CIM de 50 milhões de euros, ocorrido na sequência da reprogramação do CENTRO 2020).

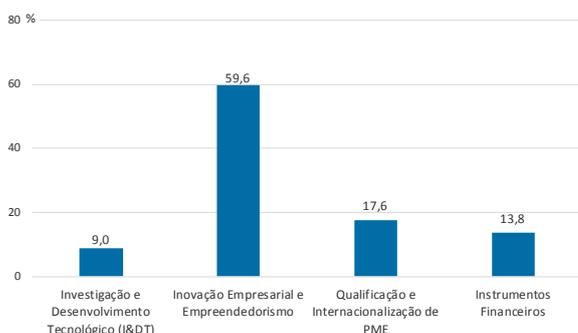
Detalhando o sistema de incentivos às empresas, dada a sua preponderância em termos de dotação e de compromisso, verifica-se que, do valor de fundo europeu absorvido por este instrumento de apoio, 59,6% correspondia a aprovações no âmbito da inovação empresarial e empreendedorismo (452,9 milhões de euros), enquanto apenas 9,0% respeitava a projetos de investigação e desenvolvimento tecnológico. Os instrumentos financeiros de apoio direto às empresas mobilizavam 104,7 milhões de euros (13,8% do fundo aprovado no sistema de incentivos às empresas), correspondendo este valor ao contratualizado, até esta data, entre o CENTRO 2020 e a Instituição Financeira de Desenvolvimento, S.A. Esta instituição foi criada para a gestão de instrumentos financeiros dirigidos ao apoio à economia e ao estímulo e orientação do investimento empresarial e à criação de emprego, assumindo-se essencialmente como operador grossista. Como já referido em edições anteriores, no terceiro trimestre de 2019, registou-se um reforço de 24,7 milhões de euros na comparticipação de FEDER afeta a estes instrumentos financeiros, justificado pela procura elevada e em crescendo e pelas alterações introduzidas ao SI Inovação Produtiva pela reprogramação do PORTUGAL 2020, uma vez que esta tipologia de incentivos passou a funcionar com um sistema híbrido de apoio, que combina fundos europeus com financiamento articulado com a banca através do instrumento financeiro.

³¹ A categoria “Não aplicável” inclui os instrumentos financeiros de apoio direto às empresas.

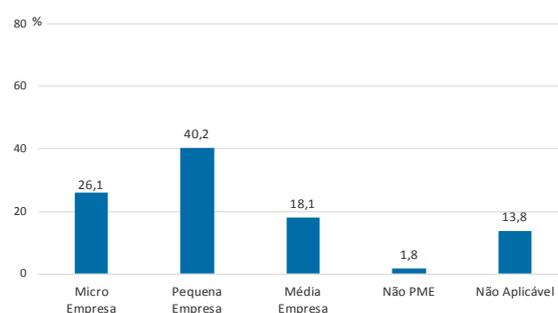
³² A categoria “Não aplicável” inclui os instrumentos financeiros de apoio direto às empresas e as operações com investimento em mais do que uma sub-região do Centro.

Distribuição do fundo europeu atribuído às operações aprovadas no âmbito do Sistema de Incentivos às empresas do CENTRO 2020 (31 de março de 2020)

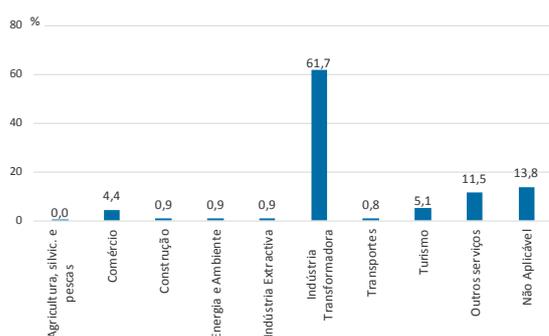
Por tipologia de investimento



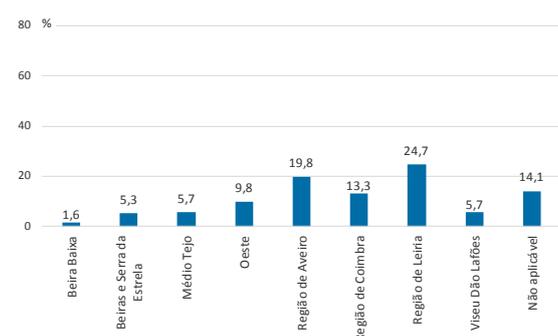
Por dimensão da empresa³¹



Por setor de atividade³¹



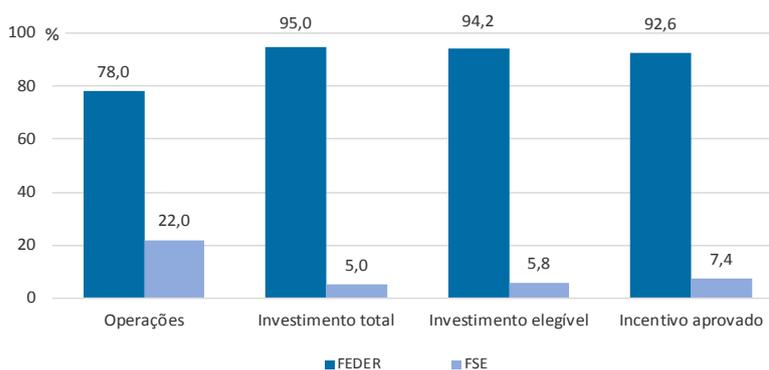
Por Comunidade Intermunicipal (CIM)³²



Grande parte dos fundos aprovados no sistema de incentivos às empresas foram dirigidos a pequenas (40,2%) e micro empresas (26,1%) e à indústria transformadora (61,7%). Relativamente à sua distribuição territorial, a Região de Leiria e a Região de Aveiro foram as que absorveram maior volume de apoios. Os valores mais baixos foram registados nas CIM do interior, o que se justifica pela densidade empresarial nestes territórios ser mais baixa. No entanto, é de referir que os territórios de baixa densidade tiveram também avisos próprios neste âmbito ou majoração das taxas de cofinanciamento.

A grande maioria das aprovações do CENTRO 2020 teve cofinanciamento FEDER (92,6% dos incentivos aprovados), com o FSE ainda distante dos montantes programados. Note-se que a estrutura dos fundos a serem geridos durante o atual período de programação no CENTRO 2020 corresponde a 79,4% de FEDER e 20,6% de FSE (correspondendo a uma dotação financeira de 1.711,5 milhões de euros de FEDER e 443,5 milhões de euros de FSE³³). No final do primeiro trimestre de 2020, estavam aprovadas 5.670 operações envolvendo uma comparticipação de FEDER de 1,5 mil milhões de euros (89,4% da dotação programada). No caso do FSE, estavam aprovadas 1.599 operações, envolvendo 122,6 milhões de euros de fundo europeu (27,6% da dotação programada).

Fundo europeu atribuído às operações aprovadas no âmbito do CENTRO 2020, por tipologia de fundo (31 de março de 2020)



³³ A 5 de dezembro de 2018, foi aprovada, pela Comissão Europeia, a reprogramação do PORTUGAL 2020 considerando a adequação à alteração do ciclo económico e o alinhamento com o Plano Nacional de Reformas. Este exercício de reprogramação não alterou a dotação global dos programas operacionais, mas permitiu otimizar os recursos disponíveis e reafectá-los entre prioridades. No que respeita ao CENTRO 2020, esta transferência de verbas teve implicações na dotação financeira dos vários eixos e dos respetivos fundos financiadores.

³⁴ O Programa Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIP) é uma iniciativa governamental, implementada em agrupamentos de escolas/escolas não agrupadas que se localizam em territórios económica e socialmente desfavorecidos, marcados pela pobreza e exclusão social, onde a violência, a indisciplina, o abandono e o insucesso escolar mais se manifestam. São objetivos centrais do programa a prevenção e redução do abandono escolar precoce e do absentismo, a redução da indisciplina e a promoção do sucesso educativo de todos os alunos.

As operações apoiadas pelo FSE correspondiam aos já referidos incentivos à realização de trabalho socialmente necessário (27,6 milhões de euros de fundo aprovado) e também (i) a medidas que visam a redução do abandono escolar (35,0 milhões de euros), designadamente os Planos Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar de âmbito intermunicipal e o aprofundamento do Programa Territórios Educativos de Intervenção Prioritária³⁴, (ii) a cursos técnicos superiores profissionais (19,7 milhões de euros), (iii) aos incentivos à contratação de emprego altamente qualificado por parte das empresas ou laboratórios colaborativos (10,7 milhões de euros), (iv) aos incentivos atribuídos no âmbito do SI2E (10,0 milhões de euros), (v) a cursos de especialização tecnológica (7,2 milhões de euros), (vi) a bolsas de ensino superior para a mobilidade (5,1 milhões de euros), (vii) a ações de capacitação institucional nas parcerias territoriais e setoriais (3,9 milhões de euros) e (viii) a formação de empresários e trabalhadores integrada em projetos empresariais mais abrangentes submetidos ao sistema de incentivos à inovação e à qualificação e internacionalização das PME (3,3 milhões de euros).

No final de março de 2020, o programa tinha 76,7% da sua dotação comprometida e estavam validados 661,2 milhões de euros de fundos europeus, o que correspondia a uma taxa de execução de 30,7%. Neste trimestre, o diferencial entre taxa de compromisso e taxa de execução diminuiu 1,2 pontos percentuais, situando-se nos 46,0 pontos percentuais. A taxa de realização do CENTRO 2020 aumentou para os 40,0%.

O fundo transferido para os beneficiários a título de pagamentos foi de 701,1 milhões de euros, sendo este valor superior à despesa validada dados os adiantamentos, resultando numa taxa de reembolso (relação entre o fundo pago e o fundo validado) superior a 100% (106,0%) e numa taxa de pagamento (relação entre o fundo pago e o fundo aprovado) de 42,4%. A taxa de reembolso continuou a diminuir face aos períodos anteriores, refletindo a continuidade da conversão de alguns dos adiantamentos (que permitem aos beneficiários disporem de liquidez para a realização de despesa) em despesa efetiva e validada. O fundo europeu certificado à Comissão Europeia ascendia a 553,6 milhões de euros, correspondendo a 25,7% do fundo programado.

Quadro 15 - Monitorização do CENTRO 2020: execução e indicadores financeiros (valores acumulados)		março 2020	dezembro 2019	setembro 2019	junho 2019	março 2019
Execução financeira						
Despesa validada						
Investimento (custo) elegível	milhares €	959.951	896.879	772.834	716.289	673.772
Fundo europeu	milhares €	661.181	621.375	536.822	497.681	467.375
Pagamentos aos beneficiários						
Fundo europeu certificado à Comissão Europeia	milhares €	553.574	553.574	503.830	442.634	385.799
Indicadores financeiros						
Taxa de compromisso (fundo aprovado / fundo programado)	%	76,7	76,0	71,9	65,2	60,5
Taxa de execução (fundo validado / fundo programado)	%	30,7	28,8	24,9	23,1	21,7
Taxa de realização (fundo validado / fundo aprovado)	%	40,0	37,9	34,7	35,4	35,9
Taxa de pagamento (pagamentos aos beneficiários / fundo aprovado)	%	42,4	40,3	37,3	38,1	38,5
Taxa de reembolso (pagamentos aos beneficiários / fundo validado)	%	106,0	106,1	107,6	107,6	107,2
Taxa de certificação do fundo programado (fundo certificado / fundo programado)	%	25,7	25,7	23,4	20,5	17,9

Enquadramento Nacional

Instituto Nacional de Estatística

- Contas Nacionais Trimestrais (Base 2016)
- Inquérito ao Emprego
- Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)
- Inquérito de Conjuntura aos Consumidores
- Inquéritos Qualitativos de Conjuntura

Banco de Portugal

- Taxa de câmbio bilateral do Euro - câmbio mensal EUR/USD (média do período)

Mercado de Trabalho

Instituto Nacional de Estatística

- Inquérito ao Emprego (Base 1998 e Base 2011)
- Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)

Desemprego Registrado

Instituto do Emprego e Formação Profissional

- Desemprego registado por concelho – Estatísticas Mensais

Instituto Nacional de Estatística

- Estimativas Anuais da População Residente

Empresas

Banco de Portugal

Balanço das instituições financeiras monetárias

- Empréstimos - SNF (Sociedades Não Financeiras) - OIFM (Outras Instituições Financeiras Monetárias)
- Rácios empréstimos vencidos - SNF (Sociedades Não Financeiras) - OIFM (Outras Instituições Financeiras Monetárias)

Instituto Nacional de Estatística

- Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)

Iberinform, Crédito y Caución

- Empresas constituídas
- Ações de insolvência

Comércio Internacional de Bens

Instituto Nacional de Estatística

- Contas Nacionais Trimestrais (Base 2016)
- Entradas e saídas de mercadorias por secção da nomenclatura combinada, tipo de comércio, países e NUTS II

Secções selecionadas:

- I – Animais vivos e produtos do reino animal
- II – Produtos do reino vegetal
- IV – Produtos das indústrias alimentares; bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres; tabaco e seus sucedâneos manufaturados
- VI – Produtos das indústrias químicas ou das indústrias conexas
- VII – Plástico e suas obras; borracha e suas obras
- IX – Madeira, carvão vegetal e obras de madeira; cortiça e suas obras; obras de espartaria ou de cestaria
- X – Pastas de madeira ou de outras matérias fibrosas celulósicas; papel ou cartão para reciclar (desperdícios e aparas); papel e suas obras
- XI – Matérias têxteis e suas obras
- XIII – Obras de pedra, gesso, cimento, amianto, mica ou de matérias semelhantes; produtos cerâmicos; vidro e suas obras
- XV – Metais comuns e suas obras
- XVI – Máquinas e aparelhos, material elétrico, e suas partes; aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão, e suas partes e acessórios
- XVII – Material de transporte

Turismo

Instituto Nacional de Estatística

- Inquérito à Permanência de Hóspedes na Hotelaria e outros Alojamentos
- Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)

Construção e Habitação

Instituto Nacional de Estatística

- Inquérito aos Projetos de Obras de Edificação e de Demolição de Edifícios
- Estatísticas das Obras Concluídas
- Inquérito à Avaliação Bancária na Habitação
- Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)

Banco de Portugal

Balanço das instituições financeiras monetárias

- Empréstimos - Particulares - Habitação - OIFM (Outras Instituições Financeiras Monetárias)
- Empréstimos Vencidos - Particulares - Habitação - OIFM (Outras Instituições Financeiras Monetárias)
- Rácios empréstimos vencidos - Particulares - Habitação - OIFM (Outras Instituições Financeiras Monetárias)

Preços e Consumo Privado

Instituto Nacional de Estatística

- Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)
- Entradas intracomunitárias de mercadorias por Classificação por Grandes Categorias Económicas (CGCE) e tipo de comércio
- Contas Nacionais Trimestrais (Base 2016)

Instituto do Cinema e do Audiovisual

- Receitas de cinema

SIBS

- Transações realizadas em Caixas Automáticas por município
- Transações realizadas em Terminais de Pagamento Automático por município

Banco de Portugal

Balanço das instituições financeiras monetárias

- Empréstimos - Particulares - Habitação - OIFM (Outras Instituições Financeiras Monetárias)
- Empréstimos Vencidos - Particulares - Habitação - OIFM (Outras Instituições Financeiras Monetárias)
- Rácios empréstimos vencidos - Particulares - Habitação - OIFM (Outras Instituições Financeiras Monetárias)

Políticas Públicas no Centro

Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P.

- Boletins Informativos dos Fundos da União Europeia n.º 16, n.º 17, n.º 18, n.º 19 e n.º 20
- Informação de monitorização territorial do PORTUGAL 2020

Autoridades de Gestão dos Programas Operacionais do PORTUGAL 2020 (ficheiros de aprovações extraídos dos respetivos sites)

A informação contida no “Centro de Portugal – Boletim Trimestral” do primeiro trimestre de 2020 foi recolhida até ao dia 16 de junho de 2020.

